



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÕES

2 - ATAS

2.1 - Reunião Solene da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

2.2 - Reunião de Comissões

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATA



RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 5.459, DE 2 DE JANEIRO DE 2014

Fixa normas sobre a remuneração e as verbas indenizatórias do Deputado Estadual.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – A remuneração do Deputado constitui-se de subsídio mensal, no valor correspondente ao limite máximo previsto no art. 27, § 2º, da Constituição da República, e será reajustada sempre que se altere a legislação federal pertinente, com a observância dos mesmos índices.

§ 1º – É devida ao Deputado, no início e no final do mandato, ajuda de custo equivalente ao valor do subsídio mensal, vedada a concessão desse benefício ao suplente reconvocato dentro da mesma legislatura.

§ 2º – No mês de dezembro é devida ao Deputado a importância correspondente ao subsídio mensal, em valor proporcional ao efetivo exercício do mandato parlamentar no ano.

Art. 2º – A Assembleia Legislativa concederá ao Deputado auxílio-moradia, mediante requerimento, na razão de, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, na forma de ressarcimento de despesa previsto em regulamento da Mesa da Assembleia Legislativa.

§ 1º – Não fará jus ao ressarcimento a que se refere o *caput* o Deputado que for proprietário de imóvel residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, na forma de regulamento.

§ 2º – O ressarcimento, observado o limite estabelecido no *caput*, abrangerá os gastos com moradia ou hospedagem do Deputado na RMBH, vedado o reembolso de despesas relativas ao pagamento de condomínio, energia, gás, água, reforma, impostos e taxas, nos termos de regulamento.

Art. 3º – A Assembleia Legislativa reembolsará o Deputado de despesas realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar, mediante requerimento e comprovação de gastos por meio de nota fiscal ou documento equivalente de quitação, nos termos de regulamento da Mesa da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único – São reembolsáveis as seguintes despesas realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar:

I – aluguel de imóvel destinado à instalação de escritório de representação político-parlamentar situado fora das instalações da Assembleia, bem como despesas concernentes a esse imóvel;

II – combustível, lubrificante, manutenção e despesas gerais com veículos terrestres, bem como locação e fretamento de veículos utilizados no exercício do mandato parlamentar;

III – contratação de serviços técnicos profissionais de consultoria, assessoria e pesquisa para fins de apoio ao exercício do mandato parlamentar;

IV – material de expediente, despesas gerais com informática e locação de móveis e equipamentos para escritório de representação político-parlamentar;

V – passagens, hospedagem e alimentação referentes a despesas realizadas no território do Estado ou em Brasília;

VI – assinatura de publicações, periódicos e clippings;

VII – promoção e participação em eventos;

VIII – divulgação da atividade parlamentar, exceto nos três meses que antecedem as eleições em que:

a) o Deputado seja candidato a outro cargo;

b) o cargo de Deputado Estadual esteja em disputa, independentemente de o parlamentar estar concorrendo nas eleições.



Art. 4º – O ressarcimento relativo ao auxílio-moradia e às despesas de que trata o art. 3º será interrompido quando:

I – o Deputado estiver licenciado para tratar, sem remuneração, de interesse particular;

II – o respectivo suplente estiver no exercício do mandato.

§ 1º – O reembolso previsto no art. 3º será interrompido no período em que o Deputado estiver investido em cargo referido no inciso I do *caput* do art. 59 da Constituição do Estado, mesmo que opte pela remuneração do mandato.

§ 2º – Nos casos de afastamento, de desligamento, de ingresso de suplente ou de reassunção do mandato, será observado, no mês de ocorrência do fato, o critério *pro rata die* na aplicação do limite do auxílio-moradia e no reembolso das despesas de que trata o art. 3º, salvo no ressarcimento de auxílio-moradia no caso de Deputado investido em cargo referido no inciso I do *caput* do art. 59 da Constituição do Estado que opte pela remuneração do mandato.

Art. 5º – É vedado o pagamento a servidor da Secretaria da Assembleia Legislativa de qualquer valor, de caráter remuneratório ou indenizatório, pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 6º – Fica revogada a Resolução nº 5.200, de 27 de setembro de 2001.

Art. 7º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 2 de janeiro 2014; 226º da Inconfidência Mineira e 193º da Independência do Brasil.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

RESOLUÇÃO Nº 5.460, DE 2 DE JANEIRO DE 2014

Altera a Resolução nº 5.100, de 29 de junho de 1991, que dispõe sobre o Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar e dá outras providências, e a Resolução nº 5.214, de 23 de dezembro de 2003, que altera o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa e dá outras providências.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – A Resolução nº 5.100, de 29 de junho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

“Art. 6º-A – As atividades de apoio à função de representação político-parlamentar dos servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa serão exercidas nas dependências da sede da Assembleia Legislativa, na capital ou em outro município do Estado de Minas Gerais.

§ 1º – Incluem-se entre as atribuições dos servidores que exercem suas atividades fora da sede da Assembleia Legislativa:

I – realização de reuniões com as lideranças comunitárias das localidades da base de atuação do Deputado, objetivando colher sugestões para a atuação parlamentar e aprimorar a participação da sociedade no processo legislativo;

II – levantamento de informações e dados, nas comunidades locais, que possam auxiliar o Deputado na definição de estratégias de atuação, na edição de leis orientadas à satisfação do interesse público e na fiscalização de políticas públicas;

III – representação do Deputado em eventos realizados por instituições públicas ou privadas, buscando a aproximação do mandato parlamentar com a sociedade.

§ 2º – Não se aplica ao servidor que exerce suas atividades fora da sede da Assembleia Legislativa o controle de frequência por meio do Sistema Informatizado de Apuração de Frequência.”

Art. 2º – Os §§ 1º e 2º do art. 5º e o art. 11 da Resolução nº 5.214, de 23 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º – (...)

§ 1º – O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo poderá computar, na forma de regulamento, o ano de seu ingresso como o primeiro período aquisitivo para concorrer à progressão de que trata o inciso I do *caput*, desde que tenha sido nomeado até 31 de março, tenha entrado em exercício até 31 de maio e atenda aos requisitos para desenvolvimento na carreira.

§ 2º – O servidor cuja nomeação e entrada em exercício em cargo de provimento efetivo ocorrer fora dos prazos previstos no § 1º terá a contagem do primeiro período aquisitivo para fins de desenvolvimento na carreira iniciada em 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu ingresso.

(...)

Art. 11 – Aplica-se o disposto nesta resolução ao servidor de que trata o art. 5º da Resolução nº 5.105, de 26 de setembro de 1991, e ao servidor de que trata o art. 32 da Lei nº 7.855, de 17 de novembro de 1980, nos termos de regulamento.

Parágrafo único – O servidor colocado à disposição do Iplemg, nos termos do art. 32 da Lei nº 7.855, de 1980, antes de 1º de janeiro de 2013, terá a contagem do primeiro período aquisitivo para fins de desenvolvimento na carreira iniciada na referida data.”

Art. 3º – Fica revogado o inciso V do *caput* do art. 3º da Resolução nº 5.100, de 1991.

Art. 4º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, relativamente aos §§ 1º e 2º do art. 5º da Resolução nº 5.214, de 2003, com a redação dada pelo art. 2º desta resolução, a 1º de janeiro de 2011, nos termos de regulamento.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 2 de janeiro de 2014; 226º da Inconfidência Mineira e 193º da Independência do Brasil.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

**ATA DA REUNIÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 20/12/2013****Presidência do Deputado Dinis Pinheiro**

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Leitura do Relatório das Atividades da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Palavras do Deputado Vanderlei Miranda - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Deputado Leonardo Moreira - Palavras do Deputado Bonifácio Mourão - Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão - Palavras do Deputado Rogério Correia - Palavras do Deputado Célio Moreira - Palavras do Presidente - Declaração de Encerramento - Suspensão e Reabertura da Reunião - Ata - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Adelmo Carneiro Leão - Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - André Quintão - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Henrique - Célio Moreira - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Maria Tereza Lara - Rogério Correia - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 10h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

- A deputada Maria Tereza Lara, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, peço autorização para me pronunciar assentado. Sr. Presidente, gostaria de comentar a ata porque ela faz um registro de um momento histórico na Assembleia Legislativa, que foi o grande avanço que tivemos em muitos projetos de interesse da sociedade nessa reta final de votações aqui na Assembleia. Acho que esse registro tem de ser feito porque a sociedade mineira, após esses momentos finais, que culminaram com a votação de ontem, pode orgulhar-se, mais ainda, da ação do seu Poder Legislativo.

Destaco o projeto cuja relatoria assumi, em 1º e 2º turnos, na Comissão de Direitos Humanos. Foi um projeto incentivado pelo Simon, órgão do Ministério Público que atua com as comunidades tradicionais de Minas Gerais. Esse projeto foi o reconhecimento dessas comunidades - quilombolas, comunidades originárias que vivem da coleta no cerrado mineiro e tantas outras que serão beneficiadas pelo projeto - como protagonistas no processo de perpetuação de suas práticas tradicionais. Concluímos a votação do projeto. Houve uma reunião deste deputado com o Ministério Público, com V. Exa. e com representantes da comunidade. E esse projeto, que há quase dois anos estava parado nesta Casa, avançou, concluindo-se a sua votação ontem.

Destaco, também, que votamos o projeto do governador que regulariza o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos em Minas Gerais. Fui relator dessa matéria em 1º e 2º turnos, na Comissão de Direitos Humanos, e hoje temos quase 50 lideranças de defensores de direitos humanos protegidos por esse programa, num convênio do governo estadual com o governo federal e comunidades da sociedade civil. Quase todos os estados já tinham o seu programa estabelecido, regulamentado em lei; em Minas Gerais ele funcionava precariamente. Esse programa tem garantido a vida de muitos caciques indígenas - krenaques, maxacalis e xacriabás - ameaçados de morte em Minas Gerais. Tem garantido, também, a vida de muitas lideranças quilombolas. É um programa de fundamental importância para a política de defesa dos direitos humanos neste Estado.

Quero aqui registrar a aprovação do nosso projeto de lei que cria o mecanismo estadual contra a tortura em Minas Gerais. Esse projeto recebeu 51 votos pela sua aprovação, ontem, neste Plenário. Cinquenta e um é uma boa ideia, como o dito popular. Não houve nenhum voto contrário, o que é um sinal de que esta Casa está empenhada na criação do mecanismo de combate à tortura. O deputado João Leite, como membro do Conselho de Criminologia, e este parlamentar, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, farão parte do Comitê Estadual do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura. Eu e o deputado João Leite, atuando juntamente com o Conselho de Criminologia, com 13 entidades da sociedade civil, com as Corregedorias da Polícia Civil, da Polícia Militar, dos Bombeiros, do Sistema de Defesa Social e com a Ouvidoria de Polícia, informaremos a esta Casa os acontecimentos, prestando contas da forma como esse trabalho de prevenção vem sendo desenvolvido.

Destaco, também, que ontem esta Casa deu um passo significativo, aprovando um projeto de minha autoria e do deputado André Quintão, que cria o Estatuto Estadual de Igualdade Racial, adaptando a legislação federal. Registro que esta é uma ata história, que traz a votação desses projetos, mostrando o amadurecimento desta Casa. E mesmo numa negociação difícil, custosa, que é parte da democracia, conseguimos evitar que houvesse uma aprovação imediata da perda de direitos históricos, como o dos trabalhadores do ensino, que, após 25 anos de trabalho, podiam optar por exercer atividade fora de sala de aula. Então foi uma ação significativa. O deputado Rogério Correia atuou fortemente nesse sentido para que os servidores da educação, os trabalhadores do ensino não perdessem esses direitos. Acho difícil o caminho do parlamento, o caminho da negociação. Alguns achavam que deveria ser mudado o regimento, passado um rolo compressor, para se reduzirem os prazos de espaço da oposição. No entanto, mostramos, de forma madura e com a intermediação do presidente da Assembleia, com a ação incisiva do deputado Dinis Pinheiro, que podemos nos entender, podemos conversar, mesmo tendo ficado em reuniões demoradas até altas horas da noite, de madrugada ou, como no dia de ontem, em três reuniões seguidas, uma praticamente continuando a outra. Em todas houve prorrogação de duas horas, mas, ao final, vimos que pessoas de bem podem entender-se por um objetivo maior. O ano que vem é eleitoral, mas mostramos que esse ano eleitoral não contaminou a relação institucional dentro desta Assembleia Legislativa. Portanto faço esta discussão por entender que essa ata é histórica e traz em seu bojo um processo muito rico que aconteceu nos últimos dias, nesta Casa Legislativa. Muito obrigado.



O presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

Destinação da Reunião

O presidente - Destina-se esta reunião solene ao encerramento da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura.

Leitura do Relatório das Atividades da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

O presidente - Com a palavra, o 1º-secretário para proceder à leitura do Relatório das Atividades da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura.

A 1ª- secretária (deputada Ana Maria Resende) - (- Lê o Relatório das Atividades da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura, que será publicado em outra edição.)

Palavras do Deputado Vanderlei Miranda

Sr. Presidente, deputadas e deputados, servidores, profissionais da imprensa, nossa taquigrafia; saudamos também as famílias espalhadas pela nossa querida Minas Gerais, que têm a oportunidade de acompanhar este último dia de trabalho aqui na Assembleia Legislativa, neste ano de 2013; a todos, estendo a minha fraterna saudação.

Presidente, fico feliz em participar deste último dia de trabalhos desta Casa, assim como aqui estive no primeiro dia dos seus trabalhos neste ano de 2013. E fico também muito feliz por ver aqui a presença maciça de membros do Bloco Minas sem Censura, prova da sua atuação nesta Casa e da sua marcante presença em todas as reuniões, sendo decisivo para a aprovação dos importantes projetos que tramitaram nesta Casa. É claro que, em alguns momentos, fizemos debates acalorados; houve situações que até não gostaríamos de ter protagonizado, mas entendemos que o calor do momento, às vezes, leva à paixão pela causa, pelo mandato, e os interesses que estão sendo discutidos podem levar alguns colegas a se estranharem.

Mas é bonito também, passado aquele momento muitas vezes movido pela emoção, vemos esses mesmos colegas se abraçando, se confraternizando, perdoadando e sendo perdoados por ações feitas no calor da discussão, por cenas que acabaram protagonizando e que, num primeiro momento, o bom senso nos diz não serem boas para o Parlamento. Mas é impossível imaginar que essas ações não aconteçam nos parlamentos espalhados pelo mundo.

Quero crer, Sr. Presidente, que este foi um ano bastante produtivo, como bem relatou a deputada Ana Maria Resende. Muitas outras ações poderiam ser citadas. Particularmente, quero fazer um agradecimento pessoal a V. Exa., que, ao mesmo tempo, é também um agradecimento coletivo, pela instalação da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas nesta Casa, neste ano de 2013. A criação dessa comissão, com toda a certeza, aconteceu muito em função não da visão política, mas da visão de estadista de V. Exa. Alguém já definiu muito bem a diferença entre esses dois perfis, deputado Bonifácio Mourão: o político pensa a próxima eleição, e o estadista pensa a próxima geração. E quero crer que o deputado Dinis Pinheiro, conduzindo a presidência da Assembleia, ao apoiar incondicionalmente a criação dessa nova comissão de mérito e temática desta Casa, deu um grande passo. Fico feliz porque, embora não estando presente em algumas reuniões que V. Exa. realizou no interior, sempre me chegou a notícia de que, entre outras coisas, na sua fala, presidente, V. Exa. sempre lembrava a importância da criação dessa comissão. E quero crer que o grupo que compõe essa comissão, que trabalhou durante todo este ano realizando várias audiências pelo interior do Estado, foi um grupo que mostrou que, de fato, há uma preocupação muito grande com esse flagelo que tem dominado os lares mineiros e brasileiros.

Sabemos que a droga lamentavelmente ocupou um espaço no cenário nacional de forma tão avassaladora que não há lugar, por onde quer que viajemos, seja uma cidade grande, média ou pequena, em que não esteja instalado o problema. E nas discussões na comissão, as demandas foram muito parecidas. É uma grande luta em que estamos empenhados. Acredito que, embora eu não seja utópico para imaginar que vamos acabar com o problema das drogas, caro colega e companheiro de bloco, deputado Adelmo, podemos dar uma grande contribuição para amenizar esse flagelo, para diminuir a dor das famílias que têm sofrido e chorado em torno do caixão de seus filhos, que são levados tão precocemente pelas drogas. Tenho certeza, qualquer deputado ou deputada nesta Casa, abraçando a presidência dessa comissão, não faria diferente. Poderia fazer até melhor do que já fiz até agora. E temos ainda mais um ano de mandato a cumprir na presidência dessa comissão, Sr. Presidente.

Embora o próximo ano seja um ano de eleição, um ano de Copa do Mundo, as demandas já chegaram neste final de ano para que viajemos pelo interior do Estado realizando as audiências públicas. E, naquilo que for possível, enquanto nosso modelo legal permitir, estaremos atendendo aos colegas, realizando as audiências nas suas cidades sempre com o mesmo espírito, ou seja, o de apoiar o colega, independente de sua matiz partidária, independente de sua posição neste Plenário, sempre apoiando o seu pedido de realização de audiência. E como sempre disse a todos eles: estou lá presidindo, mas como um cooperador desse colega que busca atender às demandas em sua região.

Quero agradecer à minha equipe de gabinete, que tem trabalhado incansavelmente, tem se dedicado de forma fantástica. Quero agradecer à assessoria da comissão. Na pessoa do Márcio, agradeço a todos os membros da assessoria da comissão, aos nossos jornalistas, que nos acompanharam pelo interior do Estado, aos nossos cinegrafistas e fotógrafos, que trabalharam de uma forma muito carinhosa e muito responsável. E sei que não existe só a minha comissão, são mais de 20 comissões nesta Casa que precisam de vocês, que foram fantásticos e maravilhosos. Sr. Presidente, como é bom chegar ao local da audiência - V. Exa. sabe muito bem disso - e lá já encontrar essa equipe pronta, disposta e preparada, com tudo organizado para que a audiência seja um sucesso.

Quando retorno das audiências, começo a receber o retorno da impressão dos participantes. Essas pessoas normalmente se reportam ao deputado que pediu aquela audiência dizendo como foi boa a sua realização. Fico muito feliz em receber esse *feedback*, esse retorno. Mas, usando uma expressão usada há um tempo por uma grande emissora de televisão, eu diria que o trabalho que esta comissão faz, o trabalho que você vê é feito por 99% das pessoas que você não vê, que são esses profissionais que nos dão suporte. Assim como agradeço aos que trabalham no Plenário da Casa e estão aqui em todos os dias e em todas as reuniões.

Agradeço ao pessoal da limpeza, que carinhosamente vai a todos os gabinetes todos os dias para recolher o material que será reciclado, de acordo com a proposta lançada pela Assembleia e que tem funcionado. A esses funcionários da limpeza, o meu carinho e o meu abraço.



Para finalizar, Sr. Presidente, meu abraço a todos os deputados e a todas as deputadas. Meu abraço ao governador Antonio Anastasia. Meu abraço aos que estiveram conosco até agora e que não estarão no próximo ano, em virtude do retorno a esta Casa dos deputados que hoje ocupam secretarias. A esses que estiveram aqui por um tempo, cumprindo o seu mandato e que terão que deixá-lo agora, o meu abraço, o meu afeto e o meu carinho, porque deram, também, uma grande contribuição e honraram o mandato que receberam. Torço para que, na próxima legislatura, esses que conviveram conosco, ainda que limitados pelo tempo da suplência, possam retornar a esta Casa, Sr. Presidente.

Meu muito-obrigado, acima de tudo, a Deus, que nos deu forças, Maria Tereza, nos deu saúde, nos deu equilíbrio, nos deu inteligência e disposição para que pudéssemos tocar mais um ano do nosso mandato.

E eu não poderia deixar de agradecer aqui também à minha família: minha esposa, meus filhos, minhas netas. Muitas vezes - o que não é diferente dos nobres companheiros e companheiras -, eles foram privados da minha presença em virtude da exigência da minha participação neste Plenário, nesta Casa. Quero crer que, sem o apoio e a sustentação da nossa família, seria muito difícil podermos, de fato, tocar os nossos mandatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, colegas deputados e deputadas. Quero deixar aqui uma expressão bíblica para que cada um possa guardar - se assim entender que deve fazê-lo. Na Bíblia usamos muito uma palavra, "ebenêzer", que pode ser traduzida por "minha rocha" ou "gratidão". Essa palavra também significa: "até aqui nos ajudou o Senhor Deus". E quero crer que Ele continuará nos ajudando no restante da nossa caminhada. Que Deus nos abençoe! Boas festas! Uma boa passagem de ano a todos e um feliz e abençoado ano de 2014!

O presidente - Parabéns, deputado Vanderlei Miranda. Muito grato pelo carinho. V. Exa. realmente significa muito para este Parlamento.

Palavras do Deputado André Quintão

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, presidente Dinis Pinheiro, telespectadores, servidores da Assembleia Legislativa, tentarei ser sintético, até pela manifestação que outros colegas farão na sequência. Fiz questão de estar presente nesta reunião solene de encerramento.

Aproveitando a audiência da TV Assembleia, justifico-me com a cidade de Águas Formosas, onde fui agraciado ontem com o título de cidadão honorário, mas não pude recebê-lo pessoalmente porque estava na votação do Orçamento e, hoje, estou nesta reunião solene.

Considero importante, nesta última reunião do ano, de prestação de contas e avaliação do trabalho da Assembleia, levantarmos aqui algumas reflexões, principalmente neste momento em que o Poder Legislativo e a política estão enfrentando no mundo - e não apenas no Brasil - uma crise de credibilidade. É fundamental resgatarmos os avanços institucionais que este Poder Legislativo tem conquistado. Início esta fala dizendo, presidente Dinis Pinheiro, que estou aqui desde 2003 e que os últimos três anos se revelaram como o principal período de aproximação da Assembleia com as causas e bandeiras sociais. Um conjunto de iniciativas aproximou esta Casa da agenda de políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e ao atendimento a segmentos excluídos. Queria fazer esse destaque, porque não é pouca coisa.

Neste ano recebi dois convites reveladores, sendo um da Assembleia Legislativa de São Paulo, que nos pediu que relatássemos como o Legislativo mineiro trata com tanto cuidado e qualidade as políticas sociais em várias frentes. E estive lá. E, agora, com a presidenta Dilma, na Conferência Nacional de Assistência Social, escolheram cinco atuações relevantes, e fomos um dos cinco escolhidos pelo exemplo da Assembleia na área social.

A Assembleia mineira foi a primeira a aprovar a lei do Sistema Único da Assistência Social em nível nacional. Aqui conseguimos uma façanha, que foi aprovar a lei estadual até mesmo antes da lei nacional. Esta Assembleia hoje tem um contato absolutamente estreito com muitos segmentos, como por exemplo os catadores de materiais recicláveis. Existe a lei de autoria do presidente Dinis, relativa à Bolsa Reciclagem. E não é só a lei: há também o programa que já destinou mais de R\$4.200.000,00 às associações de catadores.

O deputado Vanderlei mencionou a luta contra o *crack*.

Em relação aos idosos, tive a honra de ser o relator do Fundo Estadual do Idoso, e, agora, houve a regulamentação da gratuidade do transporte intermunicipal por lei.

Existe um conjunto de ações voltadas para a questão social, e a Assembleia vem se tornando referência nesse quesito. Este ano rodamos Minas Gerais para discutir a nova norma operacional do Sistema Único da Assistência Social. Temos que mencionar isso porque é uma conquista da Assembleia. Conseguimos a antecipação do piso mineiro da assistência social, dinheiro que o Estado repassa para os municípios na área de assistência. Essa meta de universalização seria atingida somente no final de 2014, mas foi atingida no início de 2013, porque para o Fundo de Erradicação da Miséria aprovamos uma emenda da Comissão de Participação Popular com o apoio de todos os deputados. É uma ação abrangente para todo o Estado, e não para um município nem para uma área. Então, gostaria de fazer o destaque de que, neste ano, a Assembleia Legislativa deu prosseguimento a várias iniciativas nesse campo.

Segundo, cito a questão da transparência. Poucos mencionaram, e alguns até com um certo nível de crítica, mas achei importante aquela rodada inicial de prestação de contas da Assembleia no interior. Nós, deputados, fazemos isso. O Rogério Correia faz, e tenho a certeza de que outros deputados de outros partidos também o fazem - eu faço. Prestamos contas em plenárias anuais e plenárias regionais. Neste ano, a Assembleia fez isso, e com resultados. Muitas pessoas dizem que foi feito para se fazer propaganda. Estive com o presidente em Araucaí, no Médio Jequitinhonha, e lá colocaram a Assembleia na parede, disseram que havia aqui uma emenda aprovada em comissão para pavimentação do trecho até o Ifete e o local da universidade federal. Felizmente aquela audiência de prestação de contas serviu também para nos colocar em movimento e para que aquela ação institucional fosse realizada e publicado o convênio. Acho que foi muito importante.

Uma ação a que a imprensa deu pouco destaque, mas que foi fundamental, foi o portal de política pública que a Assembleia lançou, uma das melhores fontes de dados e de referência de política pública. Ou seja, é a Assembleia subsidiando a fiscalização da sociedade

sobre as políticas públicas e a própria ação dos deputados. Esse é um dado bastante relevante. Quem visita o portal e conhece essa área sabe que, talvez, hoje seja um dos melhores do País. Lá há monitoramento e a revisão feita pelas comissões permanentes em relação ao orçamento e ao plano plurianual e - é óbvio - as questões relativas ao fim do auxílio-moradia e ao fim do voto secreto. O fim do voto secreto também foi muito importante, porque conferiu absoluta transparência às nossas ações. E ocorreram muitas ações.

A Assembleia soube lidar - ouvi uma entrevista do presidente - muito bem com as jornadas de junho. Na Comissão de Participação Popular, destacaria três frentes onde estivemos rigorosamente sintonizados com esses movimentos e com a Assembleia Popular Horizontal, aqui na capital. Aliás, ontem mencionei um grupo de jovens ativistas que ocupou um casarão da Cemig, antigo, desocupado e abandonado, que iria ser passado para a Fundação Lucas Machado, mas que até este momento nada tinha sido feito. Realizamos uma audiência pública a pedido do movimento que acreditou na Assembleia. Essa audiência foi também um fator positivo para que nesta semana o Estado voltasse atrás na cessão do casarão para a fundação, que agora será o Espaço Comum Luís Estrela. Os próprios jovens, autogestionados, organizarão esse espaço. É uma coisa muito importante e muito interessante.

Também não podemos nos esquecer do movimento Salve Santa Tereza. Estamos no pé do prefeito Márcio Lacerda para que ele não implante a operação urbana consorciada, sem antes fazer uma discussão democrática na cidade de Belo Horizonte. Estamos atentos a esse movimento originário das ruas. Devemos incorporar todas essas bandeiras.

Por fim, quero dizer também que temos de pensar no futuro. Fizemos mesas e rodadas de negociação com resultados, por exemplo, a questão dos idosos e o trabalho realizado junto aos catadores. Agora gostaria de destacar o compromisso do presidente desta Casa e do presidente da Comissão de Meio Ambiente. Em abril, quero estar em cima da Serra da Moeda, no abraço à Serra da Moeda, para sancionar a lei de proteção daquela serra. Esse é um desafio que devemos abraçar para a Assembleia Legislativa, no intuito de organizar esse convívio entre atividade minerária, preservação ambiental e condomínios residenciais. Com isso, penso que fecharíamos essa discussão com chave de ouro, porque é uma demanda de toda a região metropolitana.

Não desejo fazer nenhuma crítica institucional, já que o que vou dizer diz respeito à relação base e oposição, mas a questão da previdência dos servidores poderia ter sido melhor trabalhada. Foi uma decisão política. Fizemos a nossa parte. Aliás, gostaria de destacar a ação do Bloco Minas sem Censura. Tivemos uma atuação muito integrada, e quero parabenizar o nosso líder, deputado Sávio Souza Cruz. Agora temos o desafio da discussão do orçamento impositivo. Sou o relator da proposta de emenda constitucional do orçamento impositivo e quero fazer essa discussão do orçamento impositivo não só para garantir cumprimento de emenda de deputado, mas também para colocar na Constituição os processos democráticos de análise do orçamento, que esta Casa já instituiu. Não queremos simplesmente uma reserva de mercado de emenda parlamentar, de R\$1.000.000,00, R\$2.000.000,00, ou de 0,5%. Não é isso o que queremos. O nosso objetivo é fazer constar na Constituição os mecanismos democráticos de participação no ciclo orçamentário, para que as deliberações da sociedade se tornem impositivas. Então, presidente, no início do ano que vem, teremos a oportunidade de consagrar esse trabalho.

Termino agradecendo aos funcionários da Assembleia Legislativa, os que atuam no nosso mandato e também os efetivos. Não tenho nenhuma dúvida de que a nossa Assembleia conta com a melhor qualidade de servidores do Poder Legislativo. Gostaria de agradecer ainda a todos os deputados e deputadas. Já agradeço ao nosso líder Sávio Souza Cruz. Também quero cumprimentar o deputado Bonifácio Mourão em razão da sua relação muito democrática do ponto de vista do diálogo. Do mesmo modo, não poderia deixar de cumprimentar meus colegas, deputados e deputadas de partido, do PT.

Por fim, presidente, uma menção especial a V. Exa. Um dia uma jornalista me perguntou se não causaria incômodo o fato de existirem muitas iniciativas em parceria com deputados da oposição, sabendo que V. Exa. poderá ser um pré-candidato no ano que vem. Então respondi a ela que devemos agir institucionalmente e que é muito bom o presidente da Assembleia assumir bandeiras que têm convergência com as nossas bandeiras sociais. Isso é muito bom para a Assembleia.

Daqui a pouco, dirão que quem está realizando muito faz isso porque poderá ser candidato. Não podemos ficar nessa lógica. Esta deve ser inversa. Quem trabalha muito, quem tem compromisso social, terá o devido reconhecimento no momento adequado. Devemos agir nessa lógica. Então cumprimento o deputado Dinis Pinheiro, presidente, a Margarete, sua chefe de gabinete, uma pessoa também muito dedicada, e todos os funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, desejando um ótimo Natal. O recesso aqui é só no Plenário. O Virgílio Guimarães falava: "Deputado que confunde recesso com férias é ex-deputado". Então entraremos em recesso de reuniões ordinárias e extraordinárias, mas nosso gabinete continuará aberto todos os dias, ininterruptamente. Estaremos à disposição para continuar esse trabalho no ano que vem. Muito obrigado.

O presidente - Parabéns, deputado André Quintão. Minas agradece a V. Exa. por tudo de bom, pela qualidade, pela honradez e pelos atributos realmente de muita identidade com as belas tradições de Minas. V. Exa. realmente é um parlamentar altamente qualificado e diferenciado e que tem feito um trabalho sem precedentes.

Palavras do Deputado Leonardo Moreira

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e público que nos assiste pela TV Assembleia, fiz questão de vir hoje a esta reunião solene, que temos como adjetivação o termo "triumfal". Posso dizer a todos que nos assistem pela TV Assembleia, aos deputados e às deputadas, que, no ano de 2013, a Assembleia Legislativa triunfou. A Assembleia Legislativa deu exemplo, a Assembleia Legislativa buscou o caminho do desenvolvimento, da prosperidade e da proximidade com o cidadão. Eu não poderia deixar de, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nessas minhas breves palavras desta manhã, cumprimentar e parabenizar as mulheres, a força deste Parlamento, a deputada Maria Tereza Lara, a deputada Ana Maria Resende, as deputadas brilhantes, guerreiras e os nossos deputados. Tive o prazer de conviver com homens do quilate de nosso querido e estimado líder do governo, deputado Bonifácio Mourão, um exemplo para todos nós nesta Casa. Enfim, na sua pessoa, cumprimento todos os demais pares, sem exceção.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, há pouco mais de uma década, cheguei a esta Casa. Estou no meu terceiro mandato. Esta reunião de encerramento, reunião especial da 13ª Sessão Legislativa Ordinária, líder do governo, para mim se faz uma ocasião especial. Há 10 anos, quando cheguei a esta Casa, conheci uma pessoa que hoje se tornou um exemplo, uma referência não só para Minas Gerais, mas também para o Brasil: o deputado Dinis Pinheiro. Falando suas palavras, o deputado Dinis Pinheiro busca sua proximidade com o



povo mineiro. O deputado Dinis Pinheiro já vem de uma longa jornada, de uma grande caminhada. Tive a satisfação, deputado Bonifácio Mourão, de aprender e caminhar com V. Exas. Recebi a graça de Deus de ter como companheiro aquele que hoje é um grande presidente, senão o maior que esta Casa já teve: o deputado Dinis Pinheiro. Quero dizer que, neste final de ano, ano em que é impossível não lembrar que 2014 será um ano eleitoral, é obrigação de todos nós estarmos aqui para desejar um feliz Natal e um Ano-Novo com muita saúde, felicidade e paz. Quero dizer, Sr. Presidente, que tem sido um orgulho para mim, ao longo desses três mandatos, compartilhar com V. Exa. os trabalhos neste Parlamento. Posso dizer, principalmente no encerramento desta 13ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura, que 2013 foi um ano de muito trabalho para todos os deputados e para todas as deputadas.

No ano que vem, se Deus quiser, trabalharemos mais ainda. V. Exa. transformou definitivamente a Assembleia como poder, dando voz ao cidadão. Nós, que rodamos os mais longínquos municípios mineiros, vimos o trabalho que, através de V. Exa., pudemos proporcionar aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para todos os cidadãos e cidadãs mineiras.

Peço a Deus, como presente de Natal para todos nós mineiros... E tenho a certeza de que este pedido não emanará só deste deputado, é um pedido que virá de toda Minas Gerais, dos mineiros e mineiras, dos municípios de norte a sul, de leste a oeste e da nossa capital do Estado de Minas Gerais.

Agora entraremos em recesso, mas tenho certeza, como muito bem lembrado aqui pelo nobre parlamentar deputado André Quintão, de que o homem não tem coisa alguma se do céu não lhe for dada. E que V. Exa., com sua trajetória de trabalho, de humildade, de correção e, acima de tudo, de transparência e de amor ao próximo - tenho a certeza de que esse presente de Natal que vou pedir aqui pode vir a se configurar como presente de Natal para todos nós, mineiros e mineiras -, já no retorno dos trabalhos legislativos, seja lembrado para ocupar um cargo na chapa majoritária do nosso estado, quisera Deus como futuro pré-candidato ao governador do Estado de Minas Gerais. Isso é fruto de muito trabalho, de muita competência, de muita transparência.

Sr. Presidente, o futuro a Deus pertence. Peço a Deus que todos nos encontremos aqui no começar de uma outra legislatura com saúde, com muita vontade de trabalhar. Esse é um desejo que tenho.

Agradeço a todos os que trabalharam conosco neste ano, aos deputados, às deputadas, ao corpo técnico da Assembleia Legislativa, a toda a equipe de trabalho de nossos gabinetes.

Desejo a todos um feliz Natal, um Ano-Novo com muita saúde, felicidade, paz e prosperidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente - A minha viva gratidão a V. Exa., deputado Leonardo Moreira. Muito me honra tê-lo como companheiro de fê nesta estrada da vida.

Palavras do Deputado Bonifácio Mourão

Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tivemos a preocupação de anotar alguns projetos que gostaríamos de destacar, por termos conseguido aprovar ao longo deste ano. Além dos importantes projetos de autoria do deputado, que foram muitos, foram também aprovados projetos do governo durante o ano de 2013, entre os quais o Projeto nº 4.647, que reajusta o subsídio das carreiras do grupo de atividades de educação básica e dá outras providências. O último reajuste foi de 5%, mas o governo Anastasia não ficou só nesse. Sem dúvida, o reajuste foi muito maior. Foi o que o pessoal da educação merecia? Não, merecem muito mais. Mas foi o que era possível o Estado conceder, na situação de dificuldade em que se encontra.

O Projeto nº 4.189 cria o Fundo Estadual do Idoso, que aprovamos recentemente.

O Projeto nº 4.745 incorpora a gratificação complementar ao vencimento básico dos servidores das carreiras que menciona e cria cargos de provimento efetivo da carreira de analista de hematologia e hemoterapia, a que se refere a Lei nº 15.462, de 13 de janeiro de 2005.

Aprovamos também o Projeto de Lei nº 3.843, do governador do Estado, que foi encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 399/2013, que reajusta as tabelas de vencimento básico das carreiras que indica, institui gratificação complementar no âmbito da Escola de Saúde Pública, institui a carreira de auditor estadual do SUS em Minas Gerais e dá outras providências. Falei mais dos projetos da área de educação e saúde do governo do Estado, que aprovamos nesta Casa.

Aprovamos também o Projeto de Lei nº 34/2013, que incorpora a parcela da gratificação complementar de produtividade, instituída pela Lei nº 18.017, de 8/1/2009, pelo valor da CGT vigente no ano de 2012, e dá outras providências. Esse projeto é importante porque altera o valor da função gratificada de direção e assessoramento superior, que é de fundamental importância para a categoria.

Aprovamos o Projeto de Lei nº 23/2012, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, que dá um marco legal de caráter orgânico, compatível com as necessidades de modernização estrutural e funcional da Polícia Civil, a exemplo de outras instituições, e ainda prevê modificações na organização da Polícia Civil; e o Projeto de Lei nº 3.874, que dispõe sobre o processo de designação, a avaliação de desempenho específica e o prêmio de produtividade de vigilância em saúde das autoridades sanitárias de vigilância em saúde, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Esses são projetos importantes na área que estrutura o Estado de Minas Gerais, mas, antes deles, não podemos nos esquecer do Projeto de Lei nº 3.948, que dispõe sobre requisitos para a absorção das fundações educacionais e a consolidação da Uemg, transformando-a em verdadeira universidade estadual. Com isso, houve a absorção de novos cursos na Uemg, proporcionando mais vagas para os jovens mineiros.

Aprovamos o Projeto de Lei nº 3.893, que cria o Fundo Especial do Poder Judiciário, procurando ampliar mais as ações desse Poder, com mais recursos; e o Projeto de Lei nº 3.869, que institui o Estatuto Mineiro da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que reduz a burocracia e proporciona a geração de mais emprego, levando o tratamento desigual às pessoas desiguais, conforme já preconizava nos antigos tempos da Grécia o filósofo Sócrates. Com esse tratamento desigual às pessoas desiguais, procura-se um tratamento mais justo e adequado para a pequena e a microempresa, o que, em consequência, gera mais emprego para o povo do Estado de Minas Gerais.

Aprovamos o Projeto de Lei nº 3.826, que concede incentivo financeiro às pessoas físicas, nacionais e estrangeiras, para o desenvolvimento de negócios de base tecnológica no Estado. Esse projeto estimula e atrai empresas para o Estado de Minas Gerais, especialmente para o trabalho com negócios de base tecnológica, que incentiva, cada vez mais, a pesquisa no Estado.

Aprovamos também nesta Casa, e isso aconteceu ainda ontem, projetos de reforma administrativa, relativos à extinção do Iter, à alteração do Detel, à extinção da Ademg, à ampliação do Idene e à fusão do IGA com o Cetec, criando-se o Igtec, o que demonstra o objetivo de economia do governo Anastasia e Alberto Pinto Coelho aqui em Minas Gerais. Isso representou uma economia de cerca de R\$1.000.000.000,00. Esta Casa acabou de aprovar esse projeto. Com certeza, essa economia será transformada em benefício para o povo mineiro.

Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de aprovar projetos estruturantes, como aqueles que levaram o Estado a contrair empréstimos nacionais e internacionais para a construção de programas, como o Caminhos de Minas, que liga cerca de 230 municípios.

Essas obras estão em andamento e vão facilitar a vida do povo do interior deste estado e de inúmeros municípios, dando prosseguimento ao grande programa do governo Aécio e Anastasia, o Processo. Esses foram os Projetos n°s 4.213 e 4.041. A meu ver, isso significa que o governo Anastasia e Alberto Pinto Coelho, apesar das grandes dificuldades de todos os 27 estados brasileiros, de todos os 5.560 municípios brasileiros, em razão da política tributária que já vem sendo praticada neste país há muitos anos, a injusta divisão do tributo... Não estou me referindo a nenhum governo determinado; isso já vem acontecendo há muito tempo. V. Exa. tem falado muito a respeito disso. Mas, mesmo assim, o governo de Minas, o governo Anastasia recebeu nota A das agências internacionais Standard & Poor's e Moody's.

Essas agências, Sr. Presidente, deputadas e deputados, baixaram as notas dos governos da Espanha, da Grécia, da Itália e assim por diante, mas elevaram a nota de Minas para nota máxima. Isso só pode acontecer com estado que tem as finanças saneadas. Se finanças saneadas não tivesse este estado; se, apesar das dificuldades, não estivéssemos atravessando um período de credibilidade, jamais conseguiríamos os empréstimos autorizados para o governo de Minas Gerais, os quais se transformam em grandes obras na área da infraestrutura, como estamos demonstrando; na educação, que mereceu do Ideb, Sr. Presidente, a nota máxima em matemática, em português, e assim por diante. Isso não acontece à toa, mas por causa de um governo que está trilhando o melhor caminho possível.

Com certeza, Sr. Presidente, também não poderíamos nos esquecer do trabalho desenvolvido por V. Exa. na direção desta Casa, não só aqui, com o seu equilíbrio, ajudando-nos tanto nas conciliações para a aprovação dos bons projetos para o Estado, mas também pelo interior, rasgando as estradas por aí e fazendo as audiências nas áreas do Assine + Saúde, do combate ao tráfico de drogas, do Expresso Cidadania, da extinção da miséria, da melhoria da situação do Estado de Minas Gerais em referência à dívida pública. Encontra-se presente o deputado Adelmo Carneiro Leão, presidente da comissão da qual tive a honra de ser o relator. Essa comissão iniciou e proporcionou negociações pelo Brasil inteiro. Nada disso pode ficar esquecido. Também não podemos nos esquecer de agradecer a todas as deputadas e a todos os deputados, da situação e da oposição, pelo diálogo que tivemos ao longo deste ano. Tivemos muitas polêmicas, mas a polêmica é própria deste fórum de democracia que é a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Mas, conforme demonstramos aqui e de acordo com o relatório lido pela ilustre deputada Ana Maria Resende, no qual trabalhamos muito, vencemos as polêmicas. Por causa desse trabalho edificante que a Assembleia tem feito pelo Estado de Minas Gerais, pessoas como V. Exa., presidente, deputado Dinis Pinheiro, se projetam e se projetarão cada vez mais a partir do ano que vem. Espero em Deus que isso aconteça. Peço a Ele que dê um feliz Natal a todos os colegas deputados e às suas famílias; e muita saúde e muita paz em 2014 não só a eles, mas a todas as servidoras e a todos os servidores desta Casa; à imprensa, que acompanhou todos os nossos passos, e a todas as suas famílias. Sejam felizes! É o que pedimos a Deus, de coração. Obrigado, presidente; obrigado, deputadas e deputados.

O presidente - Parabéns, deputado Bonifácio Mourão, pelo trabalho de notável valor.

Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Nesta oportunidade, cumprimento todas as minhas colegas deputadas, os meus colegas deputados, as trabalhadoras e os trabalhadores desta Casa, de todas as funções e cantos desta Casa. Cumprimento as telespectadoras e os telespectadores da TV Assembleia e o povo de Minas Gerais.

A obra realizada pela Assembleia Legislativa, expressa no relatório lido pela deputada Ana Maria Resende e pelos deputados que me antecederam, é muito positiva. Na realidade, avançamos - aliás, estamos avançando sempre. Vanderlei, estou no sexto mandato e posso testemunhar que evoluímos durante todo esse tempo. A Assembleia de hoje é muito melhor que a do passado; entretanto, como a vida, ela não se resume ao presente e ao conjunto da obra; como a vida, a Assembleia é um estar sendo. Nesse contexto, temos muito o que fazer, temos muito o que avançar. Estamos orgulhosos dos resultados obtidos até agora, mas também inquietos e apreensivos frente aos desafios postos para nós. Já disse o poeta: "se muito já foi feito, muito mais ainda terá por fazermos". Os desafios não são pequenos.

Quero tratar de algumas questões que começaram no passado, estão sendo realizadas no presente e têm importantes demandas para o futuro, algumas delas maiores até que o feito no presente momento. Iniciarei com uma tarefa que me enche de orgulho pelo que já foi feito pela Assembleia Legislativa e de que participamos. Não tenho dúvidas de que a Assembleia foi o principal sujeito da ação que resultou nas assinaturas que encaminhamos ao Congresso Nacional. Mais de 2 milhões de assinaturas cobram do Congresso Nacional e do governo federal mais recursos para a saúde, a fim de podermos atingir o princípio fundamental de que saúde é direito fundamental da pessoa humana e de que o Estado é o seu provedor em todas as suas dimensões: na dos municípios, que já aplicam mais que o mínimo definido; na dos estados, que ainda têm que cumprir a Constituição; e na da União, que, mesmo cumprindo, ainda não atingiu o ideal. Entendemos que a União tem que aplicar mais recursos, muito mais recursos.

O que o povo brasileiro pede e entendemos como necessário? Cabe à União aplicar, no mínimo, 10% de suas receitas brutas, o que, traduzido em receitas líquidas, está em torno de 18,7% das receitas, para que a saúde seja um direito a ser contemplado conforme as necessidades da população. Isso significa levar em conta a formação, a capacitação técnica, a estrutura e a garantia de que, quando a pessoa necessitar de atendimento em saúde, possa encontrar as condições necessárias da parte do Estado brasileiro.

A Assembleia Legislativa fez papel muito importante, muito bonito, mas não está inteiro. Temos de continuar, senão ficará guardado nas gavetas do Congresso Nacional. Precisamos continuar a cobrar as ações governamentais, do ponto de vista do Executivo, para que



esse Poder sensibilize, mobilize as suas bases e tenhamos apoio do Congresso Nacional, de modo geral, para a votação dessa emenda. É uma tarefa muito importante.

Outra tarefa de que fizemos parte e foi sinalizada aqui diz respeito à dívida do Estado. Constituímos uma frente parlamentar e depois uma comissão especial para tratar das dívidas do Estado com a União e das dívidas do Estado com a Cemig. No entanto, quando aprofundamos essa discussão, nos debruçamos sobre o endividamento do Estado, a dívida pública. Temos de ter o cuidado e a inteligência de compreender que o principal sujeito credor dessa dívida não é a União em relação ao Estado, não é o Estado em relação aos municípios. O credor fundamental é o sistema financeiro, que também não tem pátria. Muitas pessoas, até nós, dizem com orgulho e com muita altivez que não há dívida com o sistema internacional, que a nossa dívida é interna. Mas isso não resolve o problema: o problema é termos dívida, grave, grande e comprometedora do desenvolvimento do País.

Por isso não há nenhum orgulho, nenhuma motivação maior em dizer que estamos tomando dinheiro emprestado para fazer obras ou ações. Esse dinheiro emprestado reverte-se em dívidas, que sacrificam o povo, hoje e amanhã. Se hoje o Estado compromete um valor muito significativo dos seus bens, da sua arrecadação com a dívida e toma dinheiro emprestado, mais grave será a situação amanhã. Quem é estadista tem de pensar nas próximas gerações, no fato de que não se cria prosperidade com dinheiro emprestado. Essa afirmação não é minha, foi feita por Abraham Lincoln há mais de 200 anos. Isso não me orgulha, não me motiva. Não considero isso uma grande obra da nossa Assembleia ou do governo de Minas. Essa é uma preocupação que devemos tratar com mais seriedade.

Discutimos a dívida do Estado com a Cemig. O credor era a Cemig; o devedor, o Estado. Essa é uma relação. Tomamos dinheiro emprestado de bancos internacionais, quando o dólar estava em R\$1,80, para pagar à Cemig. Ficou melhor a situação? Tivemos vantagem nisso, porque reduziram os juros? A dívida continua e ainda mais perigosa, e somos muito mais reféns do sistema financeiro que devedores da Cemig. Isso está posto aqui e ainda não foi suficientemente analisado por esta Casa. Por isso digo que essa continuidade é também responsabilidade da Assembleia, a nossa tarefa não está terminada.

Também gostaria de falar sobre um trabalho em que avançamos. Quero aqui exaltar o acolhimento do presidente. Não vou elogiá-lo ainda mais. Para fazer economia, faço minhas as palavras do deputado André e dos que me antecederam em relação à sua postura republicana, ao seu trabalho de acolhimento. Fizemos um trabalho que nos enche de orgulho e do qual participei. O presidente foi o grande facilitador de um projeto que está em andamento e que, tenho muita fé, ainda haverá de ser do tamanho do Brasil, do tamanho do nosso São Francisco, do ponto de vista da promoção da cidadania. Estou me referindo ao Cidadania Ribeirinha. A Assembleia está fazendo um trabalho belíssimo, com parcerias extraordinárias. Esta Assembleia foi facilitadora e está sendo o sujeito principal desse projeto.

Nesse contexto, afirmo que nossas grandes conquistas, logicamente, exigem trabalho e dedicação de cada um de nós, mas elas ocorrem por que trabalhamos com as diferenças e as eventuais divergências que temos, no coletivo. Muitas vezes, a diferença é uma riqueza para nós. Quero também exaltar essa construção coletiva que estamos fazendo.

Também quero tratar rapidamente de duas questões, se me permitem. Sabemos que a distribuição tributária no País precisa ser revista. Está mal formulada. A distribuição é mal feita, mas essa não é apenas a causa dos problemas do País. Devemos refazê-la. Mas voltando à questão da dívida pública do Estado, em seu total, podemos verificar que quem arrecada mais hoje, que é a União, também não está tão bem em relação às suas dívidas. Também tem dívidas enormes, que precisam ser tratadas com muita seriedade. Por isso, tenho levantado, com muita inquietude, a questão da dívida pública, que precisa ser analisada em toda a sua dimensão. Sou parceiro daqueles que acreditam, defendem, reivindicam e entendem que a única maneira de enfrentarmos a dívida pública do Estado está em sua auditoria. Temos de conhecer essa dívida em profundidade, saber por que ela existiu e em função de quais interesses foi realizada. A quem ela serviu? Como está formulada? Sem isso, dificilmente teremos forças suficientes para enfrentarmos essa mão do diabo, imposta de maneira tão brutal contra o nosso país.

Também quero tratar de uma questão que o deputado Vanderlei Miranda tem abordado com tanta ênfase, e vejo a dedicação de muitos parlamentares, de muitas instituições, muita preocupação por ser verdadeiramente séria a questão das drogas. Recentemente, aconteceu um fato neste Estado envolvendo um helicóptero, pessoas e a Polícia Federal. Muitas questões foram levantadas aqui, e não quero acusar quem quer que seja. Mas quero tratar dessa questão, porque a Assembleia de Minas precisa se posicionar. Não podemos ficar satisfeitos diante do fato que aconteceu em Minas, só em dizer que fulano ou beltrano, deputado, senador, ou quem quer que seja está inocente em relação a esse fato. É importante que, sendo inocentes, não sejam crucificados. Considero isso extremamente importante. Mas a obra não está revelada. É preciso revelar isso. Em nome do combate ao tráfico, que é a outra mão do diabo, a Assembleia e o povo de Minas Gerais querem esclarecimentos desse fato, querem saber de onde veio essa droga. Qual é a sua destinação? Quem são os responsáveis? Só apontar que há inocentes não nos basta. Queremos saber que situação é essa.

Por último, agradecendo a tolerância de vocês, quero dizer ao presidente que nós constituímos um grupo de defesa dos trabalhadores desta Casa. Os trabalhadores da Assembleia Legislativa por tudo que já dissemos; por sua qualificação, por sua grandeza, pela dedicação, pela eficiência com que trabalham, merecem nosso respeito, atenção e os direitos trabalhistas, reconhecidos internacionalmente, precisam ser assegurados a todos.

Os trabalhadores dos nossos gabinetes precisam ter seus direitos reconhecidos, protegidos e preservados. Faço esse pedido - e não é presente de Natal, pois não é possível oferecer isso como presente de Natal - como comprometimento nosso com essa gente, com esse pessoal, para que tenham assegurados os seus direitos fundamentais na conclusão dos trabalhos deste mandato. Sei que seremos reconhecidos também por isso. Fizemos muitas coisas importantes, mas essa é uma forma de coroar o nosso compromisso com os direitos fundamentais da pessoa e com o seu pleno desenvolvimento.

No mais, desejo ao nosso presidente, ao meu presidente, a vocês, aos colegas, aos trabalhadores desta Casa, aos mineiros e às mineiras, ao povo brasileiro um Natal de congraçamento, de fraternidade, de celebração da alegria, da vida, do encontro. E desejo que o ano que vem represente o coroamento desta legislatura como sendo a mais fértil, a mais próspera e a que mais generosamente produziu efeitos na construção do Estado Democrático de Direito. Um grande abraço a todos!



O presidente - Parabéns, deputado Adelmo. É muito bom testemunhar a sua palavra sempre lúcida, sempre sábia. É por isso que o Legislativo cada dia se apresenta de forma mais inteligente e conectada com a sociedade, enchendo de orgulho a nossa querida Minas Gerais.

Palavras do Deputado Rogério Correia

Sr. Presidente, deputados, companheiros da imprensa, telespectadores da TV Assembleia, hoje é dia de balanço da nossa Assembleia Legislativa neste ano. Aqui foi dito o que construímos coletivamente nesses três anos, nesta Assembleia.

Eu não poderia deixar de testemunhar a presença do presidente Dinis Pinheiro na Mesa Diretora, nos momentos mais cruciais, que levaram a Assembleia Legislativa, após embates políticos e embates de ideias, a consensos e à capacidade de terminar o ano com as missões cumpridas. Esse é um papel fundamental, e o presidente Dinis Pinheiro soube fazê-lo. Parabenizo-o e lhe agradeço por suas atitudes nos momentos de conciliação entre as partes na Casa, que garantem avanço para todo o povo mineiro.

Presidente, queria também lembrar um papel do Parlamento que - julho - precisa ser aprofundado. Falamos sobre a legislação, sobre o avanço nas leis e a relação com o Poder Executivo. Há uma avaliação desse aspecto que mostra que o Parlamento, no Brasil como um todo, pela ausência da reforma política, é muito dependente do Executivo e, portanto, perde muito da sua autonomia. A Assembleia Legislativa não é diferente de outras em relação a essa questão crucial. Pensa-se em orçamentos impositivos etc., exatamente para que se tenha uma relação com o Executivo que não seja a de dependência, que hoje existe. Esse é um dos problemas existentes também no parlamento brasileiro e sobre o qual precisamos nos debruçar.

Mas também quero falar de outro papel do Parlamento que tem crescido cada vez mais e no qual precisamos nos aprofundar.

Aqui na Assembleia Legislativa temos a Comissão de Participação Popular e a Comissão de Direitos Humanos, que também cumprem esse papel e têm uma relação muito próxima aos movimentos sociais e aos movimentos populares.

No Parlamento brasileiro e, é claro, no Parlamento mineiro, precisamos aprofundar essa aproximação com a democracia direta. O principal acontecimento no Brasil neste ano foram aquelas manifestações de junho. Milhões de pessoas foram às ruas e, naquele instante, questionaram muito a tradição política do nosso país. O parlamento também foi ali muito questionado, o que demonstra que a representatividade precisa ser alterada. Acho que a reforma só virá das ruas, após manifestações vigorosas e com exigência da sociedade. É difícil que a própria institucionalidade se modifique sem que haja uma pressão social externa. Mas, enquanto isso não acontece, é preciso que o próprio parlamento também procure se aproximar mais dessas manifestações e dessas reivindicações que vêm de fora. Trabalhamos muito na Assembleia Legislativa nesse sentido e buscamos nos aproximar desses movimentos - em especial, falo aqui também em nome do Bloco Minas sem Censura. Houve movimentos de massa importantes em Minas, lutas fundamentais que foram acolhidas aqui dentro. Muitas das vezes aqui acaba sendo estuário dessas mobilizações, e precisamos representá-las e acolhê-las, fazendo das suas reivindicações leis ou diálogos.

Agora mesmo estão em greve os trabalhadores da saúde do Hospital Galba Veloso. Já me ligaram pedindo um apoio, um auxílio, uma intermediação com o governo do Estado. Isso foi constante durante esse período em que estivemos aqui. Sejam os professores em greve por vários momentos, uma greve histórica de 112 dias e que ainda tem muitas reivindicações pendentes; sejam os servidores da saúde, todos eles sempre lotaram a Assembleia Legislativa trazendo para cá as reivindicações; sejam os eletricitários, enfim, todas as categorias que lutam foram aqui acolhidas do ponto de vista sindical, mas também do ponto de vista dos movimentos populares, da luta dos sem-casa. Então, aqui é onde sempre algo desemboca e onde serão acolhidas e atendidas as reivindicações. Esse é um ponto que julgo que teremos de trabalhar cada vez mais.

Portanto, queria fazer uma homenagem também neste ano que termina à presença desses movimentos sociais, dos movimentos populares e da sociedade organizada, que participam da democracia de maneira direta, através dos conselhos e das suas organizações próprias. Eles também, Sr. Presidente, influenciam o nosso trabalho na Assembleia Legislativa. É preciso reconhecer, portanto, esses lutadores dos movimentos sociais como parte do procedimento democrático. Nesse sentido, entendemos a relação que eles têm, às vezes, de conflito com o governo e com o parlamento.

Por fim, Sr. Presidente - quero falar pouco hoje -, quero colocar mais dois pontos. O primeiro deles é ressaltar um projeto de lei que agora foi para sanção do governador. Esperamos que ele seja sancionado. Tenho certeza de que será, porque foi costurado também com o secretário de Agricultura e com o subsecretário da Agricultura Familiar. Trata-se de um projeto que cria a lei da agricultura familiar em Minas, uma espécie de lei orgânica da agricultura familiar. Esse projeto que aprovamos estabelece para o Estado de Minas Gerais as condições de atendimento através de um Plano Anual das Ações Governamentais para a agricultura familiar. Aquilo que será incluído na assistência técnica, na comercialização dos produtos, no apoio ao crédito e ao financiamento para esses pequenos produtores. Enfim, a vida desse pequeno produtor sendo acompanhada pelo Estado e, nesse sentido, fortalecendo a agricultura familiar. Essa lei vai estabelecer a necessidade das conferências, dos conselhos estadual e municipais do desenvolvimento rural sustentável. Ela vai estabelecer como melhorar as condições desses agricultores familiares e com qual recurso, estabelecendo conferências, planos que anualmente serão elaborados pelo governo. Assim como temos o Plano Safra Anual, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário, teremos também os planos estaduais da agricultura familiar a cada ano em Minas Gerais.

Então, o projeto é muito importante para os agricultores familiares e tem uma importância maior, porque ficam os municípios responsáveis por realizar e por aprovar uma lei da agricultura familiar. Vamos criar um sistema da agricultura familiar nacional, desde a legislação nacional já existente, passando pela legislação estadual, até chegar aos municípios, que vão reger internamente a lei da agricultura familiar. Isso deve ser feito em favor dessa parcela tão importante da nossa população, que são os agricultores que colocam os alimentos na mesa do brasileiro. Setenta por cento do alimento que vai para a mesa do brasileiro vem do pequeno agricultor familiar. E ele, muitas vezes, não tem a visão do Estado para as suas necessidades, o que dificulta a capacidade tanto de produção como de comercialização. O Estado precisa estar atento a tudo isso. Quero pedir atenção especial para que possamos incentivar a prática disso em cada município.



Presidente, faço esse balanço ressaltando o papel que tivemos como oposição no Legislativo. Visões diferentes são apresentadas em relação ao Estado de Minas Gerais, o que não nos impede de reconhecer que o Estado avançou, mas o fazemos, certamente, com uma crítica, que é fundamental que seja sempre levada em consideração, porque isso enaltece a democracia.

Terminando o ano, quero dizer que faço uma avaliação positiva do trabalho que fizemos na Assembleia Legislativa; e quero dizer aos nossos colegas que às vezes o tratamento é mais duro, com as obstruções que entram pela madrugada, mas que fazem parte da construção de um consenso, que às vezes é mais forçado, mais resultado de embate, mas que é a peça fundamental da existência da democracia. Se a democracia fosse fácil, consistindo apenas em se estabelecer uma maioria contra uma minoria, com a maioria aprovando sempre o seu pensamento, sem os canais de diálogo que o Regimento nos permite fazer, não avançaríamos no que teríamos de avançar no Parlamento.

Mais uma vez parabênizo o presidente, os deputados pelo ano que aqui termina. Muito obrigado.

O presidente - Parabéns, deputado Rogério Correia, pelo espírito combativo que muito tem contribuído com o Parlamento de Minas.

Palavras do Deputado Célio Moreira

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de relatar um pouco do trabalho da Assembleia Legislativa nesta 3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Não quero ser repetitivo, mas, nesses três mandatos em que estou aqui na Assembleia Legislativa, não vi uma participação popular tão grande como neste ano de 2013. Nós discutimos e mobilizamos várias pessoas, várias entidades e sindicatos, ONGs, discutimos a questão da saúde, da participação, do Assine + Saúde, capitaneado por V. Exa., e alcançamos 1 milhão de assinaturas no Estado de Minas Gerais, que, somadas às dos outros estados, chegaram a mais de 2 milhões. Essas assinaturas encontram-se no Congresso para que o Brasil tenha mais saúde e para que o governo federal destine no orçamento 10% para a saúde. Aí vamos ter uma saúde de qualidade, com profissionais qualificados, equipamentos de última geração; acabarão as filas nos corredores e os nossos profissionais da área da saúde terão oportunidades.

Discutimos muito com o pessoal da educação. Houve inclusive acampamento aqui, na Assembleia, dos servidores da área, com o pessoal da segurança, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil. Tivemos também mobilização de pessoas deficientes em defesa das Apaes. A questão das drogas foi muito bem debatida em comissão presidida pelo colega Vanderlei Miranda, que rodou todo o Estado de Minas Gerais. Eu, como membro, não fui muito participativo porque presidia a Comissão de Meio Ambiente e era membro da Comissão de Direitos Humanos. Assim, estivemos presentes em várias cidades do Estado de Minas Gerais. E vimos o desespero de muitas famílias que pediam providências, políticas públicas voltadas para o combate, o enfrentamento das drogas e a assistência aos dependentes e familiares. Como já foi mencionado, estive aqui o pessoal do Movimento dos sem Teto e do Movimento dos sem Casa. Trabalharam muito as Comissões de Direitos Humanos, de Participação Popular, de Segurança Pública, de Educação. Tivemos aqui uma participação nunca vista, pelo menos eu nunca vi.

Sr. Presidente, V. Exa. abriu as portas da Assembleia, deu todo o suporte necessário para que as comissões fossem ao interior ouvir as demandas, juntamente com as autoridades competentes, para resolver questões reivindicadas. Mais uma vez, gostaria de parabenizar V. Exa., que conduziu com muita democracia e maestria esta Casa, mostrando para o Brasil que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais é, sem dúvida, a melhor assembleia do Brasil.

Tivemos alguns embates e debates polêmicos, como foi mencionado aqui pelo deputado Rogério Correia. Tivemos momentos de exaltação de um parlamentar e de outro, mas V. Exa., com seu jeito conciliador, chamou as lideranças, o Colégio de Líderes e os deputados para, ao terminar esta legislatura, aprovar os projetos importantes para o Estado de Minas Gerais. Eu realmente trabalhei muito. Quero agradecer a todos os funcionários, colaboradores da Assembleia Legislativa, que nos acompanharam e auxiliaram, dando toda a cobertura necessária para o bom andamento dos trabalhos da Casa. Em particular, gostaria de agradecer e de parabenizar a condução dos coordenadores, principalmente os da Comissão de Meio Ambiente.

Quero destacar, Sr. Presidente, que, dentro da Comissão de Meio Ambiente, discutimos e aprovamos um projeto de grande importância para o Estado de Minas Gerais, que foi o Código Florestal. Ao final dos nossos trabalhos, tivemos inclusive discussões graves no Plenário. Sr. Presidente, ontem V. Exa., deputado Dinis Pinheiro, deputado Gilberto Abramo e outros que estiveram aqui por volta de 1 hora da manhã, viram como terminaram os nossos trabalhos. E fiquei satisfeito em ver isso. Tivemos, deputado Leonardo Moreira, embates deste deputado com outros. Inclusive, nesta semana, tivemos manifestações de alguns deputados aos berros e gritos, agressões verbais. Mas, ao final, quero, presidente e deputada Maria Tereza Lara, dizer que - e eu esperava por isso -, juntamente com o presidente, tive a felicidade de nos aproximarmos, eu e o deputado Fred Costa. O deputado teve a humildade de reconhecer que cometeu erros em alguns pontos e pediu desculpas. Ele estava exaltado e nervoso.

Falei para ele que isso é normal no Parlamento, que eu já esperava por isso. Disse-lhe que não guardava nada e que nesta Casa ninguém trabalha sozinho. Gosto muito de usar alguns versículos e alguns capítulos. A *Bíblia* diz: "Aquele que exaltar será humilhado e aquele que humilhar será exaltado". Então ele teve a humildade de reconhecer que houve exageros da parte dele e da nossa, bem como de outros. Demo-nos um abraço, apertamo-nos as mãos. Gosto muito dele. É um deputado novo, combativo, tem um sonho e quer trabalhar. Mas devemos respeitar as opiniões dos outros. Não é gritando que vou conseguir as coisas. Ele reconheceu, eu reconheci e outros deputados reconheceram que às vezes exageramos, no auge da discussão.

Hoje, encerrando os nossos trabalhos, não fico com aquela coisa na cabeça de que deixei alguma coisa para resolver no ano que vem, preocupado com a amizade, com o companheirismo do deputado Fred. Quero parabenizá-lo, bem como toda a equipe. Estou aberto para ajudá-lo naquilo que for possível, para que ele tenha um mandato exemplar, para que possamos trabalhar em unidade, com muita democracia e com muito respeito um pelo outro. Ontem tive essa felicidade. Ele disse: "Em dois momentos, eu estava nervoso, fiquei chateado". E tive oportunidade também, na véspera, de fazer alguns esclarecimentos, como presidente da Comissão de Meio Ambiente. Esta é uma casa democrática, somos uma democracia, respeitamos as visões diferentes. Há momentos em que, quando estamos muito exaltados, muito nervosos, é preferível sair para não discutir. E, no momento oportuno, podemos nos sentar e discutir democraticamente com muita paciência e com muito respeito.



Desejo a todos os funcionários, a todos os deputados, deputadas e colaboradores, bem como a seus familiares, um feliz Natal. Que possamos viver o espírito de Natal. Para muitas pessoas, o dia 25 é dia de dar presente, é dia de comer e de beber, e muitas vezes não vivemos aquele momento de comemoração do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, o nosso salvador, para nos lembrarmos sempre das pessoas mais humildes que precisam de nós, festejar essa data tão importante. Ontem ganhamos esse presente, que vem coroar todo esse trabalho. As pessoas dizem que fulano está chateado com fulano, que fulano não ficou bem, mas encerramos os nossos trabalhos com muita paz e com muita alegria no coração. Desejo a todos um ano com muita expectativa de saúde, vida e harmonia com suas famílias. E que, no próximo ano, possamos arregaçar as mangas e, mais uma vez, ter um governador no Estado de Minas Gerais que vá realmente lutar pelas prioridades. Não tenho dúvida, presidente Dinis Pinheiro, de que V. Exa. estará à frente nessa empreitada, na chapa majoritária, V. Exa. que conhece o Estado de Minas Gerais. V. Exa. é um estadista, pois conhece os problemas e as dificuldades da região Central, do Mucuri, do Vale do Jequitinhonha, da Zona da Mata, do Noroeste, do Leste e do Nordeste do nosso estado. Portanto estarei, juntamente com V. Exa., trabalhando para que Minas Gerais seja realmente um estado em destaque no que se refere a trabalho e democracia.

Parabenizo, também, presidente, na oportunidade, o governador Antonio Anastasia, que trabalhou com muita transparência, com muita ética e com muita responsabilidade, juntamente com o nosso vice-governador, Alberto Pinto Coelho. E também parabenizo o trabalho realizado por nosso senador Aécio Neves no Senado, onde tem mostrado para o Brasil a liderança que ele é: um homem conhecedor, um homem que conhece não só Minas Gerais, mas todo o País e que está dando a oportunidade aos brasileiros de conhecer realmente seu projeto e o que ele quer para o Brasil: um Brasil melhor, realmente igualitário. E vamos trabalhar para que isso aconteça em 2014.

A todos um muito-obrigado, um feliz Natal, um feliz Ano-Novo.

O presidente - Queria parabenizar o deputado Célio Moreira, que tem uma trajetória muito fecunda. Ele é muito claro e transparente em suas manifestações. Desejo-lhe muito sucesso, muito êxito em sua caminhada.

Palavras do Presidente

Quero aqui, de forma muito breve, desejar saúde, paz, alegria, bondade, neste momento superespecial para todos nós, a fim de que possamos redescobrir, com intensidade, nossos valores, buscando uma vida melhor, mais fraterna e, com fraternal amor, cumprir a nossa missão e objetivo.

Digo aos senhores deputados que realmente este é um momento que muito dignifica esta Casa. É bom verificarmos a grandeza, a estatura, a largueza de espírito dos deputados que a compõem, todos altamente comprometidos com o bem social, a paz social. Por isso, falo com muita tranquilidade que esta Assembleia evoluiu e continua evoluindo sobremaneira. E, quando evolui, melhora a vida dos mineiros. Sob todos os aspectos, em qualquer análise, veem-se, de forma muito límpida, os avanços robustos da Casa do povo, desta augusta Casa, com suas ações maravilhosas de mobilização, de transparência, de uma vigília permanente. Aliás, são ações que, mais uma vez, colocam-na, de forma inconfundível, como a guardiã da fraternidade, da solidariedade, da democracia e da liberdade.

Quero aqui, neste momento, desejar a todos muito sucesso, muita luz, muita alegria. E, com a voz do coração, queremos registrar nossa gratidão a todos os funcionários desta Casa e a todos seus colaboradores, a imprensa, os deputados, as deputadas. Este é um ambiente que nos dá a confiança absoluta para pular na aventura da vida, sonhando alto e sonhando com uma sociedade mais feliz, mais bondosa, mais generosa, mais cristã.

Torcemos e formulamos votos para que Minas possa ser cada dia mais igualitária, dando oportunidades a todos, sendo mais justa, pois esse é o propósito de cada um de nós. Falo, queridos deputados, que ainda testemunhamos lamentavelmente mazelas, e existe uma relação muito grande entre as mazelas que testemunhamos e o colapso cultural que as atinge, mas isso não será solucionado tão somente com a força do PIB, mas muito mais e, sobretudo, com o conjunto de valores que todos aqui carregam de forma ímpar: os valores da bondade, do caráter, da decência, da fé, da religiosidade e, claro, do amor ao próximo.

Portanto, quero encerrar esta sessão com o coração repleto de alegria e com a certeza absoluta de que nós, juntos, haveremos de fazer muito mais, muitas vezes em trincheiras diferentes, mas todos nós agasalhados dos mesmos propósitos, objetivos e ideais. Então, sonhamos. Queremos todos uma vida melhor, uma vida que possa dar oportunidade a todos e possa definitivamente erradicar a miséria não somente em Minas, mas em todo o Brasil. Vamos buscar a felicidade própria e levar felicidade a quem precisa, ao próximo e ao semelhante. Essa é a grandeza da vida.

Ontem falava, queridos deputados, aqui em um momento tão bonito desta Casa, quando celebrávamos a gratuidade na concessão do passe-livre aos idosos, depois de tantos anos de labuta, com muito orgulho, que lutar por uma pátria melhor é a honra maior de nossas vidas. Então, saio daqui hoje muito feliz e quero agradecer a compreensão de todos os deputados, pedir perdão pelas fragilidades e reafirmar aqui nosso compromisso de muito esforço, de muita dedicação.

Sempre falo com a imprensa, com os amigos, com os deputados que sou um simples caminhante da vida, um modesto empregado que procura fazer algo, deixar boas pegadas, algum exemplo que possa ser útil para um ser humano expressar um sorriso de alegria, de contentamento pela nossa passagem pela vida terrena. Portanto, do fundo do coração, a minha mais viva gratidão a todos os deputados e às deputadas. Tantos outros muito mais competentes poderiam estar dirigindo os destinos desta Casa e quisera os senhores e as senhoras me honrar, honrar essa apoucada e pequenina trajetória de vida pública. Mas digo que procuro, cada dia mais, com muita energia, com muito suor, com muita entrega, retribuir essa enorme confiança dos senhores, dos mineiros e das mineiras.

Um Natal maravilhoso e abençoado aos senhores, às senhoras, aos mineiros e às mineiras! Deixo esta mensagem: querida e amada Minas Gerais, continue acreditando e confiando na Assembleia, que é de vocês. Aqui nos encontramos para garantir a todos, sobretudo àqueles menos favorecidos, uma colheita de paz, de prosperidade, de felicidade e de justiça social. Então nos encontramos nesse solo vermelho para, com dignidade, cumprir essa missão como um verdadeiro sacerdote. Um beijo no coração! Que Deus abençoe a todos! Muita paz, muita alegria e um Natal supermaravilhoso! Muito obrigado por tudo.

Declaração de Encerramento

O presidente - Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, declaro encerrada a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura.

Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência vai suspender os trabalhos por 1 minuto para que seja ultimada a redação da ata desta reunião. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata desta reunião.

Ata

A deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente deputado Dinis Pinheiro, deputados, deputadas da nossa mesa, deputado Adelmo Carneiro Leão, deputado Gilberto Abramo, deputado Célio Moreira, deputado Vanderlei Miranda, deputado Leonardo Moreira e todos os outros deputados e deputadas que aqui estiveram, como a Ana Maria, da nossa bancada feminina - está ali também o deputado André Quintão -, gostaria de ler a ata deste momento, que foi um momento de reflexão sobre o ano que passou, em que apresentamos os pontos positivos e as dificuldades. Esperamos que, neste Natal, presidente, realmente o aniversariante seja lembrado, como vários disseram aqui. Que Jesus possa dar a graça de, em 2014, esta Casa reforçar os aspectos positivos que já foram amplamente falados e avançar na transparência, na independência, na participação popular. Esses são os nossos votos.

- A deputada Maria Tereza Lara, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata desta reunião, que é aprovada sem restrições.

Encerramento

O presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/8/2013

Às 8h15min, comparece ao Plenário Juscelino Kubitschek o deputado Almir Paraca (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da liderança do MSC), que assume a presidência da comissão no período da manhã. Estão presentes, também, os deputados Rogério Correia, que assume os trabalhos no período da tarde, e André Quintão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual dá por aprovada e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a educação no campo no Estado e o funcionamento e a experiência das escolas família agrícola e a homenagear os 15 anos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e os 20 anos da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cláudia de Cássia Aguiar, diretora de temáticas especiais da Secretaria de Estado de Educação, representando a secretária de Estado de Educação; Maria Isabel Antunes Rocha, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo da UFMG; Cleonice Maria da Silva, tesoureira da Amefa; Marinalva Jardim França Begnami representando o Sr. João Batista Begnami, ex-presidente da Amefa; Evina Teixeira da Cruz, ex-presidente da Amefa; Maria Isabela da Costa Terra, engenheira agrônoma da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais; Fernanda Ferreira dos Santos, coordenadora-geral da escola família agrícola de Nova Esperança; e Juliana Cecília Veloso, secretária executiva do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável; e os Srs. Padre João e Nilmário Miranda, deputados federais; Edmar Gadelha, subsecretário de Estado de Agricultura Familiar; José Antônio Ribeiro, superintendente de Agricultura Familiar da Subsecretaria de Agricultura Familiar, representando o subsecretário de Estado de Agricultura Familiar; Argileu Martins da Silva, diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Danilo Daniel Prado Araújo, superintendente regional interino do Inca, representando a coordenadora do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária do Inca; José Antônio Rodrigues Magalhães, presidente da Amefa; Idalino Firmino dos Santos, secretário executivo da Amefa; Geraldo Pereira Ramos, secretário da Amefa; Gilmar Vieira Freitas, coordenador pedagógico da Amefa e representante da Rede Mineira da Educação; Gilmar de Souza Oliveira, assessor pedagógico da Amefa; Aíbes Inácio Lopes, ex-presidente da Amefa; e Antônio Baroni Rocha, presidente da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Almir Paraca e Rogério Correia, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Fabiano Tolentino - Antônio Lerin.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59/2013, EM 12/11/2013

Às 9h50min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, Duílio de Castro e Lafayette de Andrada, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duílio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013 (relator: deputado Lafayette de Andrade). Cumprida a



finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária, a ser marcada oportunamente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2013.

Juarez Távora, presidente - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares.

**ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E DE TRANSPORTE,
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM
3/12/2013**

Às 9h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, membros da Comissão de Direitos Humanos; os deputados Durval Ângelo (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do BMSC) e Rogério Correia (substituindo o deputado Adalclever Lopes, por indicação da Liderança do BMSC), membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Estão presentes também os deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, Sargento Rodrigues e Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, esclarece que não há ata a ser lida por ser esta a primeira reunião destas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as condições de demissão de servidores da Cemig Serviços S.A., buscar soluções para a situação desses trabalhadores e elucidar as razões que levaram ao impedimento de acesso do deputado Rogério Correia ao saguão da empresa para visita aos servidores demitidos. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; e os Srs. Fernando César Gonçalves de Castro e Francisco Henrique Otoni de Barros, auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, representando o Sr. Heli Siqueira de Azevedo, superintendente substituto; Jairo Nogueira Filho, coordenador-geral do Sindieleto-MG; Franklin Moreira Gonçalves, presidente da Fundação Nacional dos Urbanitários, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros das comissões para a próxima reunião, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/12/2013**

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite e Elismar Prado (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tadeu Martins Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.402/2013. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.513/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido, para posterior apreciação, o Requerimento nº 8.657/2013, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a retenção de recursos por parte da Receita Federal referentes à venda do jogador Bernard, efetuada pelo Clube Atlético Mineiro. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.

Marques Abreu, presidente.

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/12/2013**

Às 20h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Romel Anízio, Ulysses Gomes, Sebastião Costa e Duarte Bechir (substituindo o deputado Jayro Lessa, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O deputado Adalclever Lopes retira-se da reunião. Registra-se a presença do deputado Sávio Souza Cruz. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 53/2013 e o Projeto de Lei nº 4.189/2013 são retirados da pauta por determinação do presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. Na fase de discussão do parecer do Projeto de Lei nº 4.454/2013, no 2º turno, o relator, deputado Sebastião Costa, o retira e solicita a distribuição em avulso de outro parecer, que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Resolução nº



4.717/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião do dia 4/12/2013, às 9 horas, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2013.

Jayro Lessa, presidente - Sebastião Costa - Adalclever Lopes - Lafayette de Andrada.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/12/2013

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Luiz Humberto Carneiro e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.268/2011; 3.002, 3.494, 3.581 e 3.599/2012; e 4.119, 4.134, 4.333 e 4.520/2013 (Tiago Ulisses); 4.360, 4.497, 4.504, 4.509, 4.517, 4.532 e 4.449/2013 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.268/2011; 3.002, 3.494, 3.581 e 3.599/2012; e 4.119, 4.134, 4.333, 4.520, 4.360, 4.497, 4.504, 4.509, 4.517, 4.532 e 4.449/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária de logo mais às 14h30min e para a reunião extraordinária das 20h30m, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2013.

Doutor Wilson Batista, presidente - Tiago Ulisses - Bosco.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/12/2013

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a homenagear os policiais militares lotados no 22º Batalhão de Polícia Militar pela participação em operação que culminou na prisão de um homem e na apreensão de 100 kg de maconha, R\$ 45.000,00, três veículos, uma moto e uma balança de precisão e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Maj. PM José Roberto Pereira; 3º Sgt. PM Leandro Jesus de Resende; Cb. PM Leandro Augusto Moreira de Melo; Cb. PM Gilmar Demilson Pereira dos Santos; Cb. PM Anderson Patricio Gomes; Sd. PM Gleison Godinho Novais; Sd. PM Sebastião Moreira Arruda; Sd. PM Fábio Antonio e Silva; Sd. PM Thiago Rodrigo de Abreu; e Sd. PM Eliézer da Costa Santos, todos do 22º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.789/2013, da deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à equipe da Delegacia de Homicídio da Polícia Civil de Contagem pela participação em operação que culminou na elucidação do assassinato de Carlos Alberto Duarte, pai de família e taxista, ocorrido em 26 de abril de 2012, e na prisão dos assassinos; 8.656/2013, do deputados Cabo Júlio em que solicita seja realizada reunião desta comissão para discutir, em audiência pública, o descontentamento com a implementação na nova resolução que disciplina a carga horária dos policiais militares; 8.785 e 8.798/2013, do deputado João Leite em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para resolver o problema de segurança pública no Município de Pará de Minas; e em que solicita seja realizada reunião desta comissão para discutir, em audiência pública, as medidas adotadas para reduzir a violência nos veículos de transporte intermunicipal e interestadual no Estado; 8.786, 8.787 e 8.802/2013, do deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos Policiais Federais que participaram de operação que culminou na prisão de cinco pessoas e na apreensão de 2 toneladas de maconha e de 20 quilos de cocaína no Município de Esmeraldas; em que solicita seja encaminhado ao Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem pedido de providências para transferir o Sr. Joaquim Damásio de Jesus, 3º Sargento do Quadro de Praças da Reserva do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, para o Município de Governador Valadares; em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Cb. BM Vilmar Abreu Rocha, lotado no 2º BBM, que mesmo à paisana e de folga do serviço policial, prestou socorro a uma criança, vítima de atropelamento por composição férrea na estação do metrô da Lagoinha, em Belo Horizonte; e em que solicita seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais solicitação para que seja debatido com os presidentes das comissões permanentes a aplicação do art. 173, § 2º, do Regimento Interno, tendo em vista as constantes questões controversas que estão sendo levantadas quanto à autoria de requerimentos que visam congratular servidores da segurança pública pelas notórias ações realizadas em cumprimento do seu dever público, ressaltando-se que requerimento de um parlamentar foi apresentado em plenário e outro de mesmo conteúdo e de autoria diferente foi apreciado e aprovado na Comissão de Segurança Pública, considerando-se a interpretação dos arts. 102 e 174, § 3º do



Regimento Interno; 8.790, 8.792, 8.793, 8.794, 8.796 e 8.801/2013, dos deputados Cabo Júlio e Inácio Franco em que solicitam seja realizada visita desta comissão ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais para apresentar as demandas do Município de Pará de Minas na área de segurança pública; em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais pedido de providências para instalar em Pará de Minas um centro socioeducativo de menores infratores no Município, em caráter de urgência; em que solicitam sejam encaminhados ao secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais as notas taquigráficas da 27ª reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública, realizada em 6/12/2013 em Pará de Minas, que teve por finalidade debater a violência nesse município e região, e pedido de providências para que seja instalada no município uma casa de albergados a fim de atender os preceitos da Lei de Execução Penal e as demandas locais e regionais; em que solicitam sejam encaminhadas ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais as notas taquigráficas da 27ª reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública, realizada em 6/12/2013 em Pará de Minas, que teve por finalidade debater a violência nesse município e região, e pedido de providências para que seja aumentado o efetivo de policias militares na 19ª Companhia da Corporação; em que solicitam sejam encaminhadas ao governador do Estado as notas taquigráficas da 27ª reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública, realizada em 6/12/2013 em Pará de Minas, que teve por finalidade debater a violência nesse município e região, e pedido de providências para que seja reestruturada a área integrada de segurança pública - AISP - de modo que a área de atuação e abrangência das policias civil e militar coincida, satisfazendo as demandas locais e regionais e os preceitos da Integração da Gestão em Segurança Pública - Igesp; e em que solicitam sejam encaminhadas à Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais as notas taquigráficas da 27ª reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública, realizada em 6/12/2013 em Pará de Minas, que teve por finalidade debater a violência nesse município e região, e pedido de providências para apurar as denúncias feitas pelo Vereador Almeida Costa Faria e pelo Sr. Daniel Chaid de Araújo, que afirmam estar acontecendo escolta irregular e ilegal feita por viaturas da polícia militar aos bancos Bradesco e Sicob, o que resulta na falta de policiamento nas ruas do Município de Pará de Minas, ressaltando-se que as escoltas em questão devem ser feitas por segurança privada, e não por policiamento público; e 8.797/2013, dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues em que solicitam sejam encaminhadas aos convidados presentes na 36ª reunião ordinária desta Comissão, realizada em 10/12/2013, as notas taquigráficas da referida reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2013.

João Leite, presidente - Sargento Rodrigues - Rômulo Viegas.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/12/2013

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira, o deputado Luiz Humberto Carneiro (substituindo respectivamente os deputados Duarte Bechir e Célio Moreira, por indicação da Liderança do BTR) e o deputado Gustavo Corrêa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente suspende os trabalhos para entendimentos. Às 12h25min o presidente verifica de plano a inexistência de quorum, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2013.

Célio Moreira, presidente - Luzia Ferreira - Ana Maria Resende.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/12/2013

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Corrêa, Inácio Franco, Leonardo Moreira e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Leonardo Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3077/2012, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Leonardo Moreira, para emitir parecer sobre emendas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer sobre Emendas, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 3077/2012, na forma do Substitutivo nº 3, e pela rejeição da Emenda nº 1 apresentada em Plenário (relator: deputado Leonardo Moreira). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca as reuniões extraordinárias das 17 e das 20 horas, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2013.

Gustavo Corrêa, presidente - Leonardo Moreira - Inácio Franco - Romel Anízio.

**ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/12/2013**

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Arlen Santiago e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 65/2011, no 1º turno (deputado Arlen Santiago); e 701/2011, no 2º turno (deputado Doutor Wilson Batista). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 701/2011 (relator: deputado Doutor Wilson Batista) na forma do vencido no 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: nº 8.782/2013, do deputado Carlos Mosconi, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Poços de Caldas para debater a implantação da rede de urgência e emergência na região Sul do Estado; nº 8.783/2013 do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a implantação da rede de urgência e emergência, que cria o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Regional do Triângulo Mineiro; nº 8.784/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para debater possíveis violações de direitos e garantias fundamentais, bem como de normas jurídicas, pela Resolução Conjunta nº 4.278, de 10/10/2013, que dispõe sobre perícia de saúde na PMMG e no CBMMG. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2013.

Carlos Mosconi, presidente - Luiz Henrique - Elismar Prado.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2013

Às 10h43min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Liza Prado e Ana Maria Resende e o deputado Célio Moreira (substituindo o deputado Glaycon Franco, por indicação da Liderança do BTR). Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. O deputado Célio Moreira retira-se do recinto, e registra-se a presença dos deputados Elismar Prado (substituindo o deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do MSC) e Tiago Ulisses. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.825/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizado debate público para discutir o Projeto de Lei Federal nº7.699/2006, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência no âmbito federal, bem como o Projeto de Lei nº 4.254/2013, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência no âmbito do Estado; 8.827/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans - pedido de providências acerca do atendimento inadequado prestado a pessoas em cadeiras de rodas pelos motoristas de ônibus que, frequentemente, não param nos pontos de embarque e desembarque, apesar das sinalizações desses usuários, principalmente em relação à linha nº 33, conforme relatado pela usuária Ane Cristine M. de Alvarenga, na 10ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 9/12/13; 8.828/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans - pedido de providências para incluir a acessibilidade entre os itens obrigatórios para os permissionários do transporte escolar, tendo em vista o relato feito na 10ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 9/12/13, pela Sra. Lourdes Adriani Lacerda, mãe de aluno com deficiência matriculado na Escola Estadual Caetano Azeredo, que não consegue vaga no transporte escolar particular; 8.829/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte pedido de providências para garantir o transporte escolar para aluno com deficiência matriculado na Escola Estadual Caetano Azeredo, o qual, segundo o relato feito na 10ª Reunião Extraordinária desta comissão, em 9/12/13, pela Sra. Lourdes Adriani Lacerda, mãe do aluno, não consegue vaga no transporte escolar público e nem no particular; 8.830/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhada à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais cópia da resposta recebida ao Requerimento nº 5.875/2013, que solicita providências ao Congresso Nacional para reavaliação do conteúdo do Projeto de Lei Complementar nº 114/2011; 8.831/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhada ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência cópia da correspondência enviada a esta comissão pelo presidente da Câmara Municipal de Mercês, para conhecimento e providências cabíveis acerca das dificuldades das escolas de pequenos municípios de se adaptarem às condições especiais para atender aos alunos das Apaes; 8.832/2013 da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhada ao Conselho Municipal de Pessoas Portadoras de Deficiência de Belo Horizonte, para conhecimento e providências cabíveis, cópia da correspondência do presidente da Câmara Municipal de Mercês, recebida por esta comissão, que trata das dificuldades das escolas de municípios pequenos de se adaptarem as condições especiais necessárias para atender aos alunos das Apaes; 8.833/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhada à Promotoria Estadual de Defesa da Educação do Ministério Público, para conhecimento e providências cabíveis, cópia da correspondência do presidente da Câmara Municipal de Mercês, recebida por esta comissão, que trata das dificuldades das escolas de municípios pequenos de se adaptarem as condições especiais necessárias para atender aos alunos das Apaes; e 8.834/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação cópia da correspondência enviada a esta comissão pelo presidente da Câmara Municipal de Mercês,

para conhecimento e providências cabíveis acerca das dificuldades das escolas de pequenos municípios de se adaptarem às condições especiais que os alunos que frequentam as Apaes necessitam. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária hoje, às 17 horas, com a finalidade de apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2013.

Liza Prado, presidente - Glaycon Franco - Elismar Prado - Duarte Bechir.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2013

Às 11h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Luiz Henrique (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BTR) e Elismar Prado (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 79/2011, no 2º turno, do qual designou como relator o deputado Carlos Mosconi. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 701/2011 é retirado da pauta pela presidência por ter sido apreciado em reunião anterior. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 79/2011 (relator: deputado Carlos Mosconi), na forma do vencido no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.529/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca as reuniões extraordinárias de hoje, às 15 e às 20 horas, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2013.

Carlos Mosconi, presidente - Doutor Wilson Batista - Carlos Pimenta.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/12/2013

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Juarez Távora (substituindo o deputado Rômulo Veneroso, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente suspende a reunião para entendimentos. Às 19 horas, a presidência verifica a inexistência de quorum para continuar os trabalhos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2013.

Célio Moreira, presidente - Gustavo Corrêa - Rômulo Veneroso.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59/2013, EM 17/12/2013

Às 20h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Corrêa, Célio Moreira (substituindo, respectivamente, os deputados Sebastião Costa e Lafayette de Andrada, por indicação da liderança do BTR) e Adalclever Lopes (substituindo o deputado Tadeu Martins Leite, por indicação da liderança do MSC). Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e a suspende para aguardar deliberação do Plenário. Às 20h45min, a reunião é reaberta e registra-se a presença dos deputados Sebastião Costa, Glaycon Franco (substituindo o deputado Duílio de Castro por indicação da liderança do BAM) e Ana Maria Resende (substituindo o deputado Duílio de Castro por indicação da liderança do BRT). O presidente, deputado Sebastião Costa, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013 é retirada de pauta pelo presidente por não possuir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros para as reuniões extraordinárias que ocorrerão amanhã, dia 19/12/2013, às 10horas, às 15horas e às 20horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Gustavo Valadares - Gustavo Corrêa - Adalclever Lopes - Rômulo Veneroso.

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/12/2013

Às 20h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Romel Anízio, Célio Moreira e Luiz Humberto Carneiro (os últimos substituindo, respectivamente, os deputados Jayro Lessa e Lafayette de Andrada, por indicação da liderança do BTR),



membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 20h46min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Zé Maia, Lafayette de Andrada, Romel Anízio, Gustavo Corrêa, Luiz Humberto Carneiro e Tiago Ulisses. Os Projetos de Lei Complementar nºs 27/2012 e 53/2013 e os Projetos de Lei nºs 3.730, 3.926, 4.027, 4.180, 4.299, 4.439, 4.387, 4.390, 4.440 a 4.443, 4.485, 4.646, 4.648, 4.738, 4.740 e 4.779/2013, no 2º turno, são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.745/2013 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Gustavo Corrêa); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.127/2013 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 4.717/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as reuniões extraordinárias do dia 18/12/2013, às 10, 14 e 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2013.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/12/2013

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Sebastião Costa, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Glaycon Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 15h40min são reabertos os trabalhos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei Complementar nºs 27/2012 e 53/2013 e os Projetos de Lei nºs 3.811, 4.180, 4.439, 4.443, 4.646, 4.648, 4.740, 4.127 e 4.745/2013 são retirados da pauta por determinação do presidente por haverem sido apreciados em reunião anterior, e os Projetos de Lei nº 3.730 e 4.738/2013 por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.926/2013 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Romel Anízio). O deputado Romel Anízio retira-se da reunião. Em continuidade à discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.027 e 4.779/2013 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Glaycon Franco); 4.299/2013; 4.387/2013 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Lafayette de Andrada); 4.390/2013 (relator: deputado Sebastião Costa); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.485/2013 (relator: deputado Glaycon Franco). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje às 20h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2013.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Adalclever Lopes - Tiago Ulisses - Sebastião Costa.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/12/2013

Às 9h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Tiago Ulisses e Adalclever Lopes (substituindo o deputado Gilberto Abramo, por indicação da liderança do BMSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final. Submetido à votação, é aprovado o requerimento do deputado Adalclever Lopes em que solicita a inversão da pauta, de modo que o Projeto de Lei nº 4.696/2013 seja apreciado em primeiro lugar. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.696/2013, do qual designa como relator o deputado Adalclever Lopes, que solicita prazo regimental, que é deferido pela presidência. Retira-se da reunião o deputado Adalclever Lopes e registra-se a presença do deputado Gilberto Abramo. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parenteses: Projeto de Resolução nº 4.84/2013 e Projetos de Lei nºs 79, 177, 883, 1.023, 1.308, 1.346, 1.589, 1.617, 1.970, 2.321 e 2.597/2011, 3.318 e 3.389/2012 (Gilberto Abramo); 3.649/2012, 3.902, 3.903, 3.950, 4.075, 4.231, 4.239, 4.258, 4.540, 4.544, 4.575, 4.696, 4.718 e 4.745/2013 (Tiago Ulisses). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 4.84/2013 e dos Projetos de Lei nºs 79, 177, 883, 1.023, 1.308, 1.346, 1.589, 1.617, 1.970, 2.321 e 2.597/2011, 3.318, 3.389 e 3.649/2012, 3.902, 3.903, 3.950, 4.075, 4.231, 4.239, 4.258, 4.540, 4.544, 4.575, 4.696, 4.718 e 4.745/2013. A presidência suspende os trabalhos. O Presidente, verificando a inexistência de número regimental, encerra a reunião.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2013.

Doutor Wilson Batista, presidente - Sebastião Costa - Adalclever Lopes.



**ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E DE TRANSPORTE,
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM
19/12/2013**

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rogério Correia, Sebastião Costa, Zé Maia e Bosco (substituindo o deputado Rômulo Viegas, por indicação da liderança do BTR), membros da Comissão de Direitos Humanos; os deputados Durval Ângelo (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da liderança do MSC), Rogério Correia (substituindo o deputado Adalclever Lopes, por indicação da liderança do MSC) e Sebastião Costa (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BTR), membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Estão presentes, também, os deputados Dinis Pinheiro, Alencar da Silveira Jr. e Tiago Ulisses. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber delegação de cidadãos do Município de Mutum para reivindicar o asfaltamento de 28km entre esse município e o Município Aimorés, haja vista que as condições precárias em que se encontra esse trecho têm comprometido o acesso dos cidadãos a direitos fundamentais e trazido prejuízos econômicos à região. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Nelia Eterna de Oliveira Senra, vereadora do Município de Mutum; e os Srs. José Elcio Santos Monteze, diretor-geral do DER-MG; João Batista Marçal Teixeira, prefeito municipal de Mutum; Washington Torres Hubner de Medeiros, presidente da Câmara Municipal de Mutum; José Marcelino Pereira, pároco na Paróquia São Manoel; Wellington Alves dos Santos, presidente do Conselho dos Pastores de Mutum; Clovis Viana, Marcone Rosa da Silva, Marcos Roberto Pinheiro de Lacerda, Marcus Roberto Duarte Brandão, Paulo Antônio Alves e Tarciso Correa de Oliveira, vereadores da Câmara Municipal de Mutum; Neacir Pinheiro de Lacerda, representando Robson Scherr Laignier, venerável da Maçonaria União Mutuense 17 de Maio, de Mutum; Braz Antônio Cardoso, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Mutum; Karone Marllus Rocha de Oliveira, presidente da Associação Comercial de Mutum; José Magalhães Filho, presidente do PT de Mutum; Luiz Paulo de Oliveira Moraes, presidente do Invejada Campestre Clube de Mutum; Cláudio José de Souza, jornalista; Evaristo Fideles de Oliveira, presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Região de Caracol – Mutum-MG –, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da Reunião (Ordem do Dia), que compreende a votação de proposições da comissão. Submetidos à votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: nº 8.874/2013, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada visita destas comissões ao governador do Estado, com a presença do prefeito municipal de Mutum e de representantes da comunidade desse município e do diretor-geral do DER-MG, com a finalidade de discutir a pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Mutum e Aimorés e que corresponde ao trecho entre a MG-108 e a BR-474; nº 8.875/2013, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado o abaixo-assinado entregue pelo prefeito municipal de Mutum ao presidente desta Casa nesta reunião, o qual solicita o asfaltamento do trecho da MG-108 que liga o Município de Mutum à BR-474; nº 8.876/2013, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas à diretoria-geral do DER-MG as notas taquigráficas desta reunião; nº 8.877/2013, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhados ao governador do Estado as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que seja agilizada a obra de pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Mutum e Aimorés e que corresponde ao trecho entre a MG-108 e a BR-474. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente - Rogério Correia - Zé Maia - Sebastião Costa - Bosco.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/1/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando Ebe Marlene Martins de Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
exonerando Evandro Gonçalves de Campos Junior do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
exonerando Leonardo Leles Fernandes do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;
exonerando Maria do Consolo Maia Mayer do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Ebe Marlene Martins de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Evandro Gonçalves de Campos Junior para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
nomeando Fabiana Pedras Fonseca de Araújo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;
nomeando José Eustáquio de Oliveira para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Maria do Consolo Maia Mayer para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juarez Távora

exonerando, a partir de 31/12/2013, Adelmo Ferreira Graçano do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;



exonerando, a partir de 31/12/2013, Alexandre Afonso Silva Notini do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/12/2013, Angela Maria Cordeiro Alves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Cláudia Maria Miranda Simões Salles do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Diônatas Rezende Gonçalves do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Eduardo Monte Alto Caldeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Elçom Alves Pires do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Elisângela Rosa de Oliveira do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Felipe Tanure Guedes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Geni Clarinda Lacerda Dassunção do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Izabela Pereira Ribeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Jânia de Fátima Moreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Jeneson Lopes da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Lília de Paiva Pinto Gravina do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Marco Antônio de Souza Freitas do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Marilda Lara Braga Saraiva do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Marília Augusta da Silva Duarte do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Mary Adna Carvalho Dias do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Milton Ferreira de Oliveira Neto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Suzana Magalhães Mourão do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Telma Machado Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Uriel Brandão de Rezende Alvim do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Wolney Freitas do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando, a partir de 31/12/2013, Alessandro Márcio de Souza do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Anderson Luis Corrêa Marques do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Antonio Geraldo Rosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Caetano Costa Vieira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Clézia Eunice Caitano do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Danylo Gonçalves Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Desirée Moraes Simões do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Jamaiane Fernandes Vaz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, José Antônio de Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, José Isaias Masiêro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Karina Augusta Rodrigues Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Luiz Antônio dos Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Marcelo Simplício da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Maria José Fernandes Amaral do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Maria Luiza Valadares Lopes de Faria do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Miguel Angelo de Souza Lopes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Sarah Stephanie Coelho Galdino do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Taira Paula Ponciano de Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Tiago de Castro Vieira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/12/2013, Valcir Almeida dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

nomeando Joana Auxiliadora Marques Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

nomeando Alessandro Márcio de Souza para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Alexandre Braga para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;



nomeando Ana Paula Cristine Caldeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Anderson Luis Corrêa Marques para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;
nomeando Carmen Teresa Lopes Alves para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Cleber Solano de Castro para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Danylo Gonçalves Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando David de Oliveira Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
nomeando Denisson de Oliveira Souza para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;
nomeando Eliene de Pinho Sá para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Fabíola Mendes Resende para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Italo Henrique da Silva para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Jamil Elias Nacle para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;
nomeando José Antônio de Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando José Isaias Masiêro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Karina Augusta Rodrigues Silva para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
nomeando Leonardo Tobias Nogueira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;
nomeando Luíz Antônio dos Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Marcelo Simplicio da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;
nomeando Marcos Cesar Ribeiro Pereira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas;
nomeando Maria José Fernandes Amaral para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Sheila Mendes Brandão para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Silvana Vasconcelos de Oliveira Souza para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 4 horas.

Nos termos das Resoluções n^{os} 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa n^{os} 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Alexandre Braga do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

Na data de <DATA_ASS_ATO_PUB>, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções n^o 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa n^{os} 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Ana Paula Cristine Caldeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo; exonerando Carmen Teresa Lopes Alves do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo; exonerando Cleber Solano de Castro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando David de Oliveira Lima do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Denisson de Oliveira Souza do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Fabíola Mendes Resende do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

exonerando Italo Henrique da Silva do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Jamil Elias Nacle do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Leonardo Tobias Nogueira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo; exonerando Marcos Cesar Ribeiro Pereira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Maria das Graças Vasconcelos Martins do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Silvana Vasconcelos de Oliveira Souza do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução n^o 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei n^o 9.384, de 18/12/86, e da Resolução n^o 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando Sheila Mendes Brandão do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 155/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público para conhecimento dos interessados que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a aquisição de veículo tipo furgão, a sessão pública virtual fica adiada para as 10h30min do dia 16/1/2014.

Belo Horizonte, 2 de janeiro de 2014.

Evamar José dos Santos, diretor-geral em exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 207/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 15/1/2014, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento de espumas de poliuretano flexível para tratamento acústico.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 2 de janeiro de 2014.

Evamar José dos Santos, diretor-geral em exercício.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/191/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Objeto: serviços postais diversos. Objeto do aditamento: acréscimo no valor estimado. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.



ERRATA

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 216/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/12/2013, na pág. 73, onde se lê:

“Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 04/2013, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.”, leia-se:

“Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Use Móveis para Escritório Ltda. Objeto: armários, painéis divisores e gaveteiros volantes. Dotação Orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de RP nº 108/2013 - Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 04/2013, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.”.